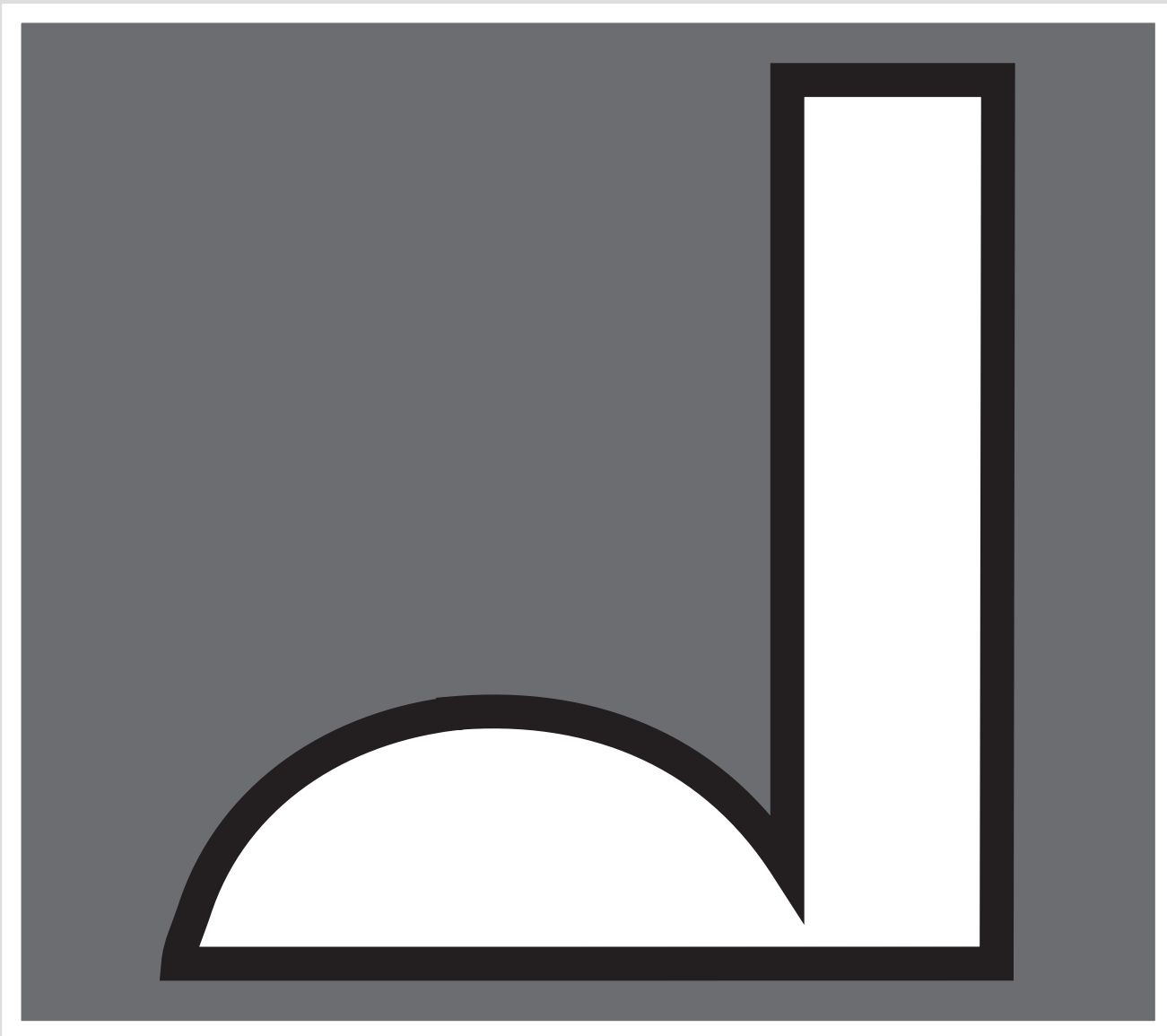




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 167 - SÁBADO, 15 DE OUTUBRO DE 2005 - BRASILIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª Serys Shessarenko – PT – MT 2ª Papaléo Paes – PSDB – AP 3ª Alvaro Dias – PSDB – PR 4ª Aelton Freitas – PL – MG</p>	
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 21</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando (Vago)</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB (Vago) (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata (Vago) Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p> <p>LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (Vago)</p> <p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 18</p> <p>LÍDER Delcídio Amaral – PT</p>	<p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Fátima Cleide</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (Vago)</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 2 Heloísa Helena</p> <p>VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior</p> <p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30</p> <p>LÍDER José Jorge – PFL</p>	<p>VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>.....</p> <p>LÍDER DO PFL – 15 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (Vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan (Vago) Flexa Ribeiro</p> <p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho – PMDB (Vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – PSB</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 38, DE 2005

ATO DECLARATÓRIO

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e tendo em vista o teor do Ofício nº 1884/SGM/P, de 2005, da Câmara dos Deputados, faz saber que a **Medida Provisória nº 252, de 15 de junho de 2005**, que “*institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências*”, teve seu prazo de vigência encerrado no dia 13 de outubro do corrente ano.

Congresso Nacional, 14 de outubro de 2005. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 180ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimento

Nº 1.134, de 2005, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Pedro Simon, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do compositor e poeta gaúcho Luiz Alberto Menezes, ocorrido no dia 12. Usa da palavra o Senador Paulo Paim..... 35108

1.2.2 – Comunicações da Presidência

Deferimento do Requerimento nº 1.131, de 2005, de autoria do Senador Demóstenes Torres, lido na sessão do dia 11 último. 35110

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação). 35110

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2001, de autoria do Senador Luiz Pontes, que dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais, aprovado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. À Câmara dos Deputados. 35110

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2003, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural especial e diferenciado os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social, aprovado terminativamente pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. À Câmara dos Deputados. 35110

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que modifica o artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados. 35111

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação. À Câmara dos Deputados. 35111

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2004, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõe sobre a criação do “Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude”, a ser comemorado anualmente no dia 20 de março, considerado prejudicado pela Comissão de Educação. Ao Arquivo. 35111

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências, aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. À Câmara dos Deputados. 35111

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino de 3º grau, rejeitado terminativamente pela Comissão de Educação. Ao Arquivo. 35111

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos repre-

sentantes de cada Casa, para que os Projetos de Decreto Legislativo nºs 9 a 11, de 2005-CN, sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional. 35111

1.2.3 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 173, de 2005, de 11 do corrente, encaminhando informações prestadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em resposta ao Requerimento nº 914, de 2005, do Senador Alvaro Dias..... 35111

1.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 237, de 2005 (nº 676/2005, na origem), de 10 do corrente, comunicando que se ausentará do País no período de 12 a 19 do corrente, para realizar viagens oficiais a Portugal, Espanha, Roma e Moscou..... 35111

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR ALVARO DIAS – Justificativa a projeto de lei de sua autoria, que cria o fundo de recuperação econômica de Foz do Iguaçu..... 35112

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Necessidade de mais investimentos na Educação. Ocorrência de foco de febre aftosa em Dourados/MS. Balanço dos trabalhos da Frente Parlamentar do **Software** Livre..... 35114

SENADOR PAULO PAIM – Leitura da música “Piazito Carreteiro” de autoria do poeta Luiz Menezes. Homenagem aos professores. Questão da regra de transição para a aposentadoria dos professores. Defesa de projeto de lei de sua autoria, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes. Ocorrência de foco de febre aftosa em Dourados/MS..... 35117

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Considerações sobre a crise política. Estranheza com a mudança de discurso e posicionamento do governo do PT com relação à política econômica e social.. 35122

SENADOR MÃO SANTA – Críticas aos baixos salários dos educadores no Brasil..... 35127

SENADOR PEDRO SIMON – Ocorrência de foco de febre aftosa em Dourados/MS. Comentários

sobre declaração do Presidente Lula com referência aos deputados que respondem processos disciplinares na Câmara dos Deputados..... 35131

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – O custo da omissão..... 35135

1.2.6 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.884, de 2005, de 14 do corrente, encaminhando o processado da Medida Provisória nº 252, de 2005, tendo em vista o término do prazo de vigência dia 13 de outubro de 2005..... 35139

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR LEONEL PAVAN – Transcrição da matéria intitulada “Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 7 de outubro do corrente. . 35139

1.3 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 180ª Sessão Não Deliberativa, em 14 de outubro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.134, DE 2005

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento do Compositor e Poeta gaúcho Luz Alberto Menezes, ocorrida nesta quarta-feira, 12 de outubro de 2005, o qual abriu espaço para o tradicionalismo nos rádios e TVs, sensível a cultura gaúcha sem perder a visão universal. Cidadão agraciado com inúmeras comendas, municipais, estaduais e nacionais, que marcou profundamente o povo gaúcho e brasileiro e como diz o pensador: “Acredita-se que Darci o espera do outro lado”. Homenagem merecida para quem, por primeiro, cantou o amor. E nos termos do art. 221, inciso I, a apresentação de condolências à seus familiares.

Sala das Sessões, 14 de outubro de 2005. – Senador **Paulo Paim** – Senador **Pedro Simon**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o autor, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para justificar. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Serys Slhessarenko, o requerimento que V. Exª acaba de ler, na verdade, é um voto de pesar à família do compositor e poeta, o quaraíense Luiz Menezes.

Luiz Menezes, 83 anos, infelizmente faleceu na quarta-feira, na Capital, de falência múltipla de órgãos. Ontem, o corpo chegou a Quaraí e o cortejo seguiu ao Centro Cultural, onde o tradicionalista foi velado. O sepultamento será hoje, às dez horas, no Cemitério Municipal de Quaraí. A Prefeitura da cidade decretou luto oficial por três dias.

Menezes deixa a viúva Sônia e seu filho Luã, sete filhos de seu primeiro casamento e um grande legado para a cultura gaúcha.

Senadora Serys Slhessarenko, como hoje o jornal **Zero Hora** reproduz aqui pedaços da grande história de Luiz Menezes, eu queria que V. Exª considerasse na íntegra, junto a este requerimento, este documento que fala da bela história de Luiz Menezes, esse poeta que, como ninguém, sabia falar do amor, pelas tradições gaúchas, pelo povo do Rio Grande do Sul, e pelo povo brasileiro.

Obrigado, Srª Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

zh.clicrbs.com.br

ZERO HORA

Gente

Estado perde um de seus maiores tradicionalistas

Compositor e poeta, o quaraíense Luiz Menezes levou as tradições gaúchas ao rádio e à televisão

O quaraíense Luiz Menezes, 83 anos, morreu na quarta-feira, na Capital, de falência múltipla de órgãos. Ontem, o corpo chegou a Quaraí e o cortejo seguiu até o Centro Cultural, onde o tradicionalista seria velado durante a noite. O sepultamento está marcado para as 10h de hoje no Cemitério Municipal. A prefeitura decretou luto oficial por três dias.

Menezes deixa a viúva Sônia e seu filho Luã, sete filhos de seu primeiro casamento e um grande legado para a cultura gaúcha.

Compositor de Piaçito carreteiro e A última lembrança, autor de poemas como Além do horizonte, Menezes teve ainda presença marcante no rádio e na TV, conquistando espaço para o tradicionalismo. Sua composição, Milonga de contrabando, é considerada a primeira milonga publicamente reconhecida.

Jovem, exibia uma visão aguda e sensível para a cultura gaúcha, sem perder a visada universal, traço que seria seu diferencial quando adulto. Em 1954, quando foi trabalhar na Rádio Gaúcha, ele participou de um dos momentos importantes da modernização do tradicionalismo. Pouco depois, Nico Fagundes o apresentou a Darci Fagundes, com quem estreou o Grande Rodeio Coringa, um campeão de audiência da época, na Rádio Farroupilha.

- Luiz vai fazer falta. Gosto de pensar que Darci estava esperando por ele do lado de lá e a esta hora estão mateando e falando de mulheres e dos amigos que ficaram - diz Nico Fagundes, folclorista e apresentador do Galpão Crioulo, da RBS TV, irmão de Darci Fagundes.

Além de participar de festivais nativistas, Menezes marcou presença na literatura com a publicação dos livros Tropa Amarga, Além do horizonte e Chão batido (todos esgotados), mais 50 anos de poesia (edição da Martins Livreiro, ainda à venda). Sua discografia é feita dos elepês Tropa amarga (de 1976, junto com Darcy Fagundes), Luiz Menezes e suas cantigas (1977) e Luiz Menezes e Índio Sepé - programa Fogo de Chão (1982).

O payador foi agraciado com os prêmios Tradicionalista Glaucus Saraiva, da Câmara Municipal de Porto Alegre, e Medalha Negrinho do Pastoreio, do Governo gaúcho. Escolhido o homenageado especial da Semana Farroupilha 2005, não pôde participar por já estar hospitalizado.

Os versos de O payador e o rancho trazem a mansidão do taura que sabe que fez a sua parte: "Deixem morrer este velho / como morre um "payador", / Ouvindo de um cinamomo, outro pássaro cantor!!".

Depoimentos

Elton Saldanha cantor, compositor e diretor do Instituto Estadual de Música (IEM):

"Escutávamos o Rodeio Farroupilha desde criança, no interior, numa época em que eram raros os programas nativistas."

Vinicius Brum compositor e diretor-técnico do Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (IGTF):

"Era um artista muito atento e sentimental. Talvez tenha sido o primeiro a cantar o amor."

Música: Piazito Carreteiro

Autores: Luiz Menezes
Intérprete: Os Muuripás

Piazito carreteiro de bombacha remendada
Vai cantando pela estrada a canção do boi barroso
Que a tradição lhe ensinou

Piazito carreteiro do cusco amigo e companheiro
Que nunca teve infância, pois não pôde ser criança
Porque a vida não deixou

{E cantando lá se vai era, era, era boi da ponta
Nóis já temo chegando
E cantando lá se vai era, era, era boi do coice
Segue o piazito cantando}
Piazito carreteiro, que ainda de madrugada
Sai repontando a alvorada lá pro fundo da invernada
Onde a noite se ausentou

Piazito carreteiro menino, gaúcho, guapo
Simbolizam os teus trapos a legenda dos farrapos
Que a história glorificou
Adeus priminha, que eu vou me embora
Não sou daqui sou lá de fora

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Paulo Paim, a Presidência encaminhará o voto solicitado, assim como registrará nos Anais do Senado da República, em conformidade com o Regimento Interno.

O requerimento vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência defere o **Requerimento nº 1.131, de 2005**, do Senador Demóstenes Torres, lido na sessão do dia 11 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005** (nº 62/2003, na Casa de origem), que *acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências* (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de

sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2001**, de autoria do Senador Luiz Pontes, que dispõe sobre a construção e o funcionamento de creches em assentamentos rurais;
- **Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2003**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que altera a Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965 e a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, com o

objetivo de incluir como beneficiários de crédito rural especial e diferenciado os agricultores provenientes de assentamentos criados em virtude da implementação de empreendimentos de utilidade pública e interesse social;

- **Projeto de Lei do Senado nº 507, de 2003**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que modifica o artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação;
- **Projeto de Lei do Senado nº 283, de 2004**, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude;
- **Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2004**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõe sobre a criação do “Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude”, a ser comemorado anualmente no dia 20 de março;
- **Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Israel e dá outras providências; e
- **Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2005**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre o pagamento, pelo estudante universitário, de anuidade em instituições públicas de ensino de 3º grau.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões de Educação, de Agricultura e Reforma Agrária e de Relações Exteriores e Defesa Nacional, os Projetos de Lei do Senado nºs 217, de 2001; 157 e 507, de 2003; 283, de 2004, e 56, de 2005, aprovados, vão à Câmara dos Deputados; o de nº 313, de 2004, prejudicado, e o de nº 177, de 2005, rejeitado, vão ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência, que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional os **Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, 10 e 11, de 2005-CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Os recursos serão recebidos na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DE MINISTRO DE ESTADO

- Nº 173, de 2005, de 11 de outubro, do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, encaminhando informações prestadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, em resposta ao Requerimento nº 914, de 2005, do Senador Alvaro Dias.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 237, DE 2005 (Nº 676/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 12 a 19 de outubro de 2005, para realizaras seguintes viagens oficiais:

- VIII Cimeira Brasil-Portugal, no dia 13;
- XV Cúpula Ibero-Americana, em Salamanca, Espanha, nos dias 14 e 15;
- Visita oficial à Itália, em Roma, dias 16 e 17;
- Visita oficial à Rússia, em Moscou, dias 17 e 18.

Brasília, 10 de outubro de 2005 – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O expediente que acaba de ser lido será anexado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, e vai à publicação.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Srª Presidente, Senadora Serys Slhessarenko, peço a palavra, pela ordem.

Com a palavra o Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senadora Serys, é uma reivindicação muito pessoal, mas eu acho que traduz o sentimento do povo brasileiro. Amanhã é o Dia do Professor. Senador Alvaro, lembrando a história das mestras do Brasil, nunca as vi tão sofridas, maltratadas,

desesperanças. Então, V. Ex^a está aí na Presidência do Senado neste instante, e um quadro vale por dez mil palavras. Eu queria fazer o convite para que V. Ex^a permanecesse aí durante toda esta sessão, não de castigo, porque isso não é castigo, mas como uma luz para as professoras, a fim de que elas ingressem na política como V. Ex^a, que galgou e entrou pela porta estreita. Porque só assim elas afastarão esta grande vergonha e esta grande injustiça, os salários a que o Governo brasileiro submete o professor.

Atentai bem: acho que o dia mais vergonhoso deste Congresso, em 181 anos, foi quando um homem monstrengo saiu lá do STF e pegou um fraco do Nordeste e impôs aumentar o salário do Judiciário, já amarrado para o ano, para R\$27 mil. Senador Alvaro Dias, que vergonha, ontem, ouvir na Globo que, na Coréia, uma professora ganha R\$10 mil!

Então, seja este quadro, esta sua presença na Presidência do Senado, Senadora Serys, uma luz para que os professores ingressem na política, porque só eles poderão mudar este **status quo** que aí está.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Shessarenko. Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, sem prejuízo aos demais oradores, por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Professora Serys, muito obrigado. Agradeço o privilégio de poder falar em primeiro lugar, por que devo viajar em seguida com destino à Cidade de Foz do Iguaçu, onde se realiza um encontro com a presença de médicos de todo o Brasil ligados à Unimed.

Aproveito a oportunidade dessa visita a Foz do Iguaçu para abordar questões que dizem respeito àquela região que não tem tido o respeito das autoridades governamentais; respeito compatível com a grandeza daquela região, sobretudo em relação ao seu significado e a sua importância como região turística belíssima para o desenvolvimento nacional.

Senador Mão Santa, há um contraste gritante: as belezas naturais fascinantes de um lado e, de outro lado, as vicissitudes da população: a violência campeando solta, o desemprego crescendo, as injustiças sociais e a desatenção governamental inexplicável. Em que pese o esforço da administração municipal atual, por meio do Prefeito Paulo MacDonald, há ainda carências inegáveis. E é por essa razão que estamos apresentando a esta Casa duas propostas na linha das políticas compensatórias. O Governo as adota em determinadas regiões como, por exemplo, na Amazônia. Faço referência ao Pólo de Desenvolvimento Industrial em Manaus. Mas Foz do Iguaçu, que deu espaço ao Parque Nacional do Iguaçu e à binacional Itaipu, não tem

merecido o mesmo tratamento das autoridades governamentais do País. Não há política compensatória que venha retribuir, em parte, aquilo que a região oferece em favor do desenvolvimento do País, na geração de energia elétrica e também no oferecimento desse espaço às atividades turísticas que atraem milhares de pessoas de todo o mundo, especialmente os que são adeptos do turismo ecológico.

Apresentamos um projeto que cria o Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu, com o qual teríamos dotações orçamentárias à conta de recursos do Tesouro Nacional, dotações governamentais de origem estadual ou municipal, bem como auxílios, subvenções, contribuições, doações de entidades públicas ou privadas, transferência de outros fundos e outros recursos previstos em lei. A minha proposta estabelece que o contribuinte do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica, domiciliado no Estado do Paraná, mediante indicação em sua declaração anual, poderá optar, até 2015, pela aplicação de 5% do imposto devido ao Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu. O fundo terá como agentes operadores instituições financeiras oficiais federais, a serem definidas em ato do Poder Executivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, creio que seria um instrumento de competência constitucional capaz de promover a real recuperação econômica de Foz do Iguaçu e região. Certamente o Brasil ganharia muito com isso.

O Município de Foz do Iguaçu, localizado na tríplce fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai, foi vítima de políticas imprevidentes e imediatistas que levaram à situação de decadência social e econômica evidenciada em passado recente pela deprimente dependência do comércio de produtos oriundos do Paraguai.

Embora a dependência em relação ao comércio de bens do Paraguai tenha sido afastada pela adoção de medidas vigorosas por parte do Governo Federal, persiste a situação aflitiva do município, com taxas de desemprego e de violência crescentes.

Muitos dos problemas existentes devem-se ao fato de não ter havido compensação realista ao município que cedeu parte significativa do seu território para o tombamento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (a Unesco), do Parque Nacional do Iguaçu e para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Com muito esforço, o município obteve *royalties* da hidrelétrica, que atenuam as suas enormes carências financeiras. Entretanto, o Parque Nacional do Iguaçu tornou-se uma imensa área que não gera receitas para o município, nem mesmo as decorrentes da visitação dos turistas.

O espaço territorial mínimo que restou a Foz do Iguaçu não é sequer compatível com a produção agrícola de subsistência. Ademais, não existe área condizente para a instalação de fábricas.

Diante deste quadro, o município necessita de ajuda especial para se manter. Tal ajuda poderia se concretizar com a criação do Fundo de Recuperação Econômica de Foz do Iguaçu. A instituição desse fundo, embasado em incentivos fiscais, é plenamente defensável ante o histórico débito que a União tem para com Foz do Iguaçu. Também é compatível com os princípios presentes na Constituição Federal, que, em seu artigo 151, admite a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.

A outra proposta, Senadora Serys Slhessarenko, cria a Universidade Federal do Iguaçu, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, que teria como objetivo ministrar o ensino superior e ofertar programas de pesquisa e extensão de forma indissociada, considerando as demandas científicas e tecnológicas oriundas de sua posição estratégica de fronteira e de sua proximidade com os países do Mercado Comum do Sul, o Mercosul. Essa universidade se integra à rede de instituições de educação superior da União e sua estrutura e forma de funcionamento serão definidas segundo seu estatuto e as normas legais vigentes.

O Paraná assumiu a oferta de cursos de graduação e multiplicou as suas universidades. É o Estado que mais investe em educação superior no País em relação à respectiva população.

Isso custa muito ao Estado do Paraná. Quando percebemos, no Senado Federal, a apresentação de projetos que criam universidades federais em várias partes do País, entendemos ser justo apresentar também essa proposta, tendo em vista o esforço que o Paraná já realiza em favor do ensino superior.

Entre as diversas regiões do Paraná que se ressentem de universidades está exatamente essa região de Foz do Iguaçu, região oeste do Paraná, onde se destacam cidades importantes, como Cascavel, Toledo, chegando também a Campo Mourão, Umuarama, Medianeira e Guaira. São municípios, alguns inclusive na fronteira com o Paraguai e a Argentina ou próximos à fronteira, que somam mais de dois milhões de habitantes.

Portanto, Sr. Presidente, estou encampando a idéia de plantar, ao lado dele espetáculo maravilhoso do encontro entre o Rio Iguaçu e o Paraná, a semente de uma instituição científico-cultural que nasce predeterminada a brilhar no sistema universitário brasileiro.

Não ousou incluir...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou concluir, Sr^a Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, Senador, gostaria de participar da beleza do pronunciamento que V. Ex^a faz ao País.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Concederei, com prazer. Mas gostaria de concluir afirmando que não ousou incluir nesse projeto a idéia de uma possível federalização dos cursos universitários já existentes na região, que são mantidos pelo governo estadual. Trata-se de uma questão a se estudar no futuro, num esforço de planejamento estratégico conjunto entre a União, o Estado e os municípios daquela região, em regime de colaboração, aliás, como preconiza o art. 211 da Constituição e os dispositivos do Plano Nacional de Educação.

Concedo ao Senador Mão Santa o aparte, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, o Paraná significa muito – muito mesmo – para a cultura brasileira. Todos nós, brasileiros, achamos Curitiba a cidade mais civilizada do País. Eu mesmo me lembro de um conflito que tive com meu filho mais velho, que queria estudar no Rio de Janeiro com os amigos. Eu disse: “Eu vou agora, mas vou-lhe deixar em Curitiba, com toda a tranquilidade e tal”. Essa é a convicção de todo o País. Mas Curitiba está ameaçada, o ideal de V. Ex^a. Curitiba está dentro do Brasil, está neste País-monstro, onde Presidente do STF sai de lá e vem aqui, acachapa o Severino, do Nordeste fracassado, e o Presidente da República também e impõe um salário de R\$27 mil para o ano para os que fazem a área judiciária. E eu quero dizer a V. Ex^a que o Paraná infelizmente está no Brasil, e no Brasil está aí o Governo. Está aqui o jornal, a greve. No ensino superior mantido pela União o salário é de R\$701,00. O salário mais alto é de R\$1.308,00. Isso não vai levar a bons professores, à boa universidade. Só se V. Ex^a fizer isso alheio ao Brasil, alheio ao Ministério da Educação, apenas com a inspiração, o trabalho, a visão de futuro e o compromisso com a educação do povo do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex^a também me inspirou ao propor no seu Estado a criação de mais uma universidade federal, obviamente com razões de sobra para esta reivindicação.

Quando fui Governador, Senadora Serys Slhessarenko, fui responsável pela gratuidade de ensino nas universidades estaduais e pela criação de duas delas. À época, eram 42 mil universitários beneficiados com a possibilidade de acesso ao sistema de ensino superior

no País; hoje, são mais de 60 mil universitários que recebem este benefício, graças ao dispêndio extraordinário do Tesouro Estadual. Naquele período, o Paraná gastava duas vezes mais que São Paulo, quatro vezes mais que o Rio de Janeiro e infinitamente mais que os demais Estados da federação, que nada gastavam na manutenção do ensino superior.

Por isso, reivindicamos a instalação desta universidade, exatamente para que o princípio da isonomia possa ser atendido, uma vez que, lamentavelmente, neste País, há uma afronta a este princípio, já que uns são diferentes dos outros.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Convido o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, uma vez que vou fazer uso da palavra. (Pausa).

A Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É com muito orgulho que concedo a palavra à Professora Serys. Este, a meu ver, deve ser o maior título em nosso Brasil, acima de Presidente da República, de Senador, de banqueiro, de empresário.

Com a palavra a Professora Serys. E, como professora, não podemos cercear seu tempo. É tempo de homenagearmos e respeitarmos essas profissionais.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Concordo totalmente com V. Ex^a, Senador Mão Santa, com relação a essa questão dos professores. Ontem, inclusive, já fiz meu pronunciamento a esse respeito, salientando a necessidade, a importância de realmente valorizarmos os profissionais da educação de um modo geral, especialmente neste momento, por ser amanhã o Dia do Professor, dia 15 de outubro. Como eu dizia ontem, que seja realmente um dia de reflexão, especialmente para as autoridades brasileiras.

Acredito que é possível fazermos educação de qualidade. Não tenho dados aqui, mas tenho a clareza e a certeza de dizer – ouvi também durante esta semana algumas falas dos Srs. e Sr^{as} Senadoras, em que era avaliada a importância de valores, de recursos para a educação – que é fundamental que haja condições, que haja recursos para que se coloquem na escola todos aqueles que desejam frequentá-la. Seja com zero, ou setenta, ou oitenta anos, se alguém bate à porta de uma escola pública, essa vaga tem que estar assegurada. Mas para isso também precisamos ter

condições de trabalho dignas, que vão desde o preparo profissional à questão dos salários.

Hoje, são destinados quatro pontos percentuais do PIB para a educação. Alguns diziam, há dias, desta tribuna, que alguns países aplicam até menos do que isso e têm educação de melhor qualidade. Eu diria que não é bem assim. Dados comprovam que, pelo abandono a que foi relegada a educação através dos tempos, hoje precisaríamos de aproximadamente dez anos e entre 8% e 10% do PIB para que alcássemos o padrão de qualidade já atingido por outros países e, daí sim, pudéssemos ter 3%, 4% ou 5% do PIB destinados para mantermos uma educação de qualidade. Ou seja, do jeito que a escola pública está sucateada hoje em todos os graus, desde a creche, o ensino fundamental e o básico até o superior e a pós-graduação, precisamos de muito recurso para que depois possamos chegar a minimizá-lo e manter a qualidade.

Senador Paulo Paim, Senador Mão Santa, realmente este é um momento que requer profunda reflexão das autoridades de modo geral, para que pensemos que, se realmente queremos um País novo, em que todos tenham condições de conhecer a situação em que vivem, compreendê-la e contribuir para transformá-la, nós precisamos de educação. Ninguém contribui para a transformação de nada – e obviamente muito menos do País como um todo – se não conhecer e compreender a sua própria realidade. Somente quem compreende a sua própria realidade sabe que ela não é fruto e produto de um fatalismo, e sim de uma série de condições impostas pela sociedade e para a sociedade.

Portanto, o papel do educador é fundamental, é da maior relevância, tem que ser valorizado, sim, em todos os sentidos e em todos os graus.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senadora Serys Slhessarenko, fiz questão de apartear-la porque V. Ex^a, mais uma vez, corretamente – e alguém poderia dizer politicamente correta –, volta à tribuna para falar da educação. Nós falamos muito em homenagem aos professores, mas na verdade ainda estão aí as universidades e os professores em greve, e não se chegou a um entendimento. Senadora Serys Slhessarenko, confesso que marquei para hoje, às 11 horas e 30 minutos, uma reunião com o Deputado de Pernambuco Roberto Magalhães. Vou lá conversar com S. Ex^a porque V. Ex^a e o Senador Mão Santa sabem que nós lutamos muito, na PEC Paralela, pela questão do professor, e, para surpresa nossa, sumiu da redação final a regra

de transição somente para esse profissional. Sei que V. Ex^a também discordou. Na época, nós protestamos, e, como voltou para lá, eu já falei com o Relator, Deputado Roberto Magalhães, que está sensível para incluir novamente. É um absurdo: todos terão regra de transição, menos o professor. Então, é claro que a categoria está se mobilizando, questionando, protestando contra essa alteração indevida. Até eles acreditavam que a regra estava garantida. Quando foram ver, nesses dois meses, perceberam que, infelizmente, na redação final da PEC paralela, a regra de transição, pela qual tanto brigamos, que era o principal item da PEC paralela, foi garantida para todos, menos para o professor. Vamos tentar inseri-la novamente. Fiz o aparte a V. Ex^a porque sei que, quando eu falar com o Deputado Roberto Magalhães, poderei falar em seu nome, no do Senador Mão Santa e no de tantos outros Senadores. Com certeza, se ele a aprovar na Câmara, nós aprovaremos aqui no Senado a inclusão da regra de transição também para os professores. Obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A regra, aliás, Senador, não deveria ter saído, porque nós já a incluímos. Mas eu estou disposta, é claro, totalmente disposta a estar junto com V. Ex^a nessa luta. Tem que ser inserida novamente essa regra de transição para os professores.

É o absurdo dos absurdos, Senador Mão Santa, que fez algumas colocações, há pouco, a esse respeito. Por que retirar das regras de transição somente os professores? Eu não iria falar nisso neste momento porque tenho outros assuntos sobre os quais quero falar, mas o Senador Paulo Paim trouxe à tona essa questão, que é grave e é séria, porque ficamos com a certeza de que é uma desvalorização, realmente, um desrespeito total aos professores. Então, exigimos que sejam novamente incluídos na regra de transição os professores. Ela saiu daqui incluindo os professores. Por que ela sumiu? Por encanto? Por acaso? Ela desapareceu só para os professores. Isso é uma desvalorização da categoria, que tinha que ser a mais valorizada. Não vou nem falar sobre isso porque vou deixar registradas as palavras do Senador Mão Santa, que disse que realmente é a principal categoria do País, com o que concordo, porque são eles que contribuem, permanentemente, para a formação de toda a nossa sociedade.

Dito isso, quero dar uma rápida palavra sobre a questão grave que atinge Mato Grosso do Sul, pois nós, mato-grossenses, os maiores produtores de carne bovina do mundo, fomos surpreendidos e ficamos assustados com o aparecimento de alguns casos de febre aftosa no Município de Eldorado, no Mato Grosso do Sul.

Pelo que tudo indica, está bem controlada a situação e acreditamos que ela continuará controlada e que o nosso Governo realmente montará um sistema de fiscalização radical. As pessoas têm que entender que o prejuízo é delas, é do povo brasileiro, é da Nação, é do nosso País. As pessoas não podem duvidar de certas questões, como, por exemplo, da possibilidade de a febre aftosa voltar, apesar de estar erradicada do Brasil.

Ela aí está, na divisa do País. Sabemos, com certeza, está praticamente certo, como ela adentrou o território brasileiro. Acreditamos que ela está controlada, mas prejuízos sempre existem. Eu diria que, além de se acirrar, além de fazer com que a fiscalização seja radical, é necessário que se liberem recursos. Dirijome ao Ministro Palocci e ao Ministro Paulo Bernardo. Temos que pensar com seriedade em fazer com que esses recursos cheguem à base, para que esse controle realmente seja feito e mantido.

Sabemos também que a responsabilidade maior é daqueles produtores irresponsáveis que não controlam a vacinação do seu rebanho bovino. Sabemos que existem aqueles que não fazem a vacinação. Além de uma fiscalização rigorosa, temos de aplicar uma punição radical, eu diria, para aqueles que desrespeitam ao não acreditarem que a febre aftosa possa retornar se eles não vacinarem seu gado. Quer dizer, o controle existe, mas sabemos que existem também as formas de burlá-lo, e as pessoas têm que ter consciência de que o problema é grave, de que precisamos preservar o rebanho bovino. Preservar para exportar? Sim, com certeza, pois é fundamental para o Brasil a exportação de carne, uma vez que somos os maiores produtores brasileiros. O meu Estado de Mato Grosso é o maior produtor de carne bovina do Brasil, com uma distância bastante significativa para Mato Grosso do Sul, que é o segundo.

Conclamo os senhores produtores, conclamo os senhores criadores de bovinos a assumirem sua responsabilidade e conclamo a todos também a buscarmos regras, formas de fazer com que a fiscalização chegue a todos para que, onde vier a acontecer como aconteceu agora, com os rebanhos bovinos da região de Eldorado, em Mato Grosso do Sul, se busque saber por que a fiscalização falhou e, principalmente, aplicarmos uma punição para aqueles produtores que viabilizaram esse tipo de coisa. Se o produtor fosse realmente sério, responsável, isso não estaria acontecendo, porque ele estaria controlando a vacinação do seu rebanho.

Digo isso por viver em Mato Grosso, por, apesar de ter nascido no Estado do Rio Grande do Sul, ser mato-grossense, por opção. Tenho título de cida-

dã mato-grossense, tenho título de cidadã cuiabana, com muita honra; tenho quatro filhos mato-grossenses, quatro netos: duas netas e dois netos mato-grossenses. Defendo, portanto, o nosso Estado com a determinação necessária, de forma decidida e determinada. Essa questão para nós é, realmente, da mais alta relevância.

Portanto, fique aqui registrado que precisamos de recursos, sim, para o controle da febre aftosa, que são necessários e imprescindíveis, para que a fiscalização se dê da melhor forma, com a maior qualidade, mas também é preciso que aqueles que possibilitaram que esse desastre viesse a acontecer sejam responsabilizados.

Quero ainda, Senador Mão Santa, que preside esta sessão, fazer um rápido relato sobre a Frente que presidi até o dia 30 de setembro, durante dois anos, a Frente Parlamentar pelo **Software** Livre e Inclusão Digital, a Frensoft. Foram anos de muita luta, com muita dificuldade e inúmeras vitórias, dois anos de muito orgulho para mim, por ter representado uma frente à qual atribuo a maior relevância.

A Frensoft foi criada em 2003, logo em meu primeiro ano de mandato, unindo parlamentares de inúmeros partidos, da oposição e da situação, que têm em comum a luta pela emancipação do conhecimento, pela defesa do acesso irrestrito ao saber e a tudo o que a modernidade pode trazer de positivo para a nossa sociedade. Uma Frente que já nasceu grande, com 24 Senadores e Senadoras e 138 Deputados e Deputadas, 162 Parlamentares comprometidos com a promoção do conhecimento e a liberdade.

Por ter o meu mandato se completado dia 30, venho a esta tribuna fazer um balanço do que foram estes dois anos.

É uma Frente que tem grande respaldo da comunidade do **Software** Livre, que tem o apoio de muitos entre os que acreditam que somente com o conhecimento disseminado e acessível poderemos alcançar o desenvolvimento que tanto almejamos.

A criação da Frente deu-se no momento em que o **Software** Livre e a Inclusão Digital entraram na pauta de discussão do Governo brasileiro e no contexto mundial. Inúmeras ações foram levadas a cabo na Europa visando à quebra de monopólio de empresas de código fechado, assim como estratégias comerciais de grandes empresas em abrirem os códigos de seus programas.

O **Software** Livre é uma realidade e a Frensoft busca dar o suporte para as ações políticas necessárias. O tema tem recebido tanta atenção, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a ONU tem envidado muitos esfor-

ços para disseminar o uso de programas abertos em países em desenvolvimento, sob o argumento de que a utilização desses programas não só é mais econômica como traz a reboque acesso ao conhecimento e ao desenvolvimento de novas tecnologias, incluindo digitalmente inúmeras pessoas antes à margem da era digital.

Com esse respaldo, a Frente uniu-se a diversos organismos nacionais e internacionais na luta pela promoção do uso do *software* livre no Brasil. Em nosso País, desde o início do atual Governo, a filosofia dos programas abertos está entre as prioridades a permearem diversas políticas públicas. Chamo de filosofia porque não é só uma questão financeira, é uma outra forma de ver o mundo e as perspectivas do conhecimento.

A liberdade de transmitir o conhecimento, de unir indivíduos em prol do desenvolvimento dos programas, como acontece com os Grupos de Usuários, é um dos maiores ganhos que o *software* livre proporciona. O compartilhamento do saber é o principal dividendo entre muitos outros. O desenvolvimento tecnológico que ele proporciona é algo inestimável para o crescimento de nosso País e de nosso Povo.

Em agosto último, Sr. Presidente, realizamos o I Encontro Federal de Software Livre para Municípios no Congresso Nacional, que apresentou a questão do *software* livre aos gestores municipais. Apesar de ter ocorrido em meio ao pior momento da crise política, obtivemos boas respostas dos municípios e conseguimos plantar algumas sementes.

Nesses últimos dois anos, avolumaram-se ações em prol da inclusão digital. O crescimento desse tema como objeto de políticas públicas é notório. A exclusão digital se inscreve em lugar destacado no quadro geral das desigualdades que caracterizam a sociedade brasileira e que multiplicam injustiças ao limitar as oportunidades oferecidas às pessoas. Desigualdades de renda, de educação, de raça espelham-se simetricamente nas desigualdades de acesso a computadores e à Internet.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o principal programa governamental nesse sentido é o Casa Brasil, programa que cria espaços multimídia que atuarão como meio de propiciar a inclusão social por meio da inclusão digital. São espaços públicos para utilização de tecnologia e desenvolvimento de conhecimento, levando às pessoas das classes mais baixas da nossa sociedade os benefícios da tecnologia.

Ver a concretização do Casa Brasil é ter certeza de que a Frensoft está cumprindo com sua missão. A inclusão da emenda ao Orçamento contemplando o

programa teve grande atuação da Frente e de seus membros, que apoiaram a idéia e atuaram para esse resultado brilhante, esforço que felizmente logrou grande êxito, conseguindo a destinação de recursos necessários para sua implantação.

Sr. Presidente, o saldo desses dois anos de presidência é positivo, apesar das dificuldades que estamos atravessando no momento. A crise política atingiu também a continuidade vigorosa da expansão do **software** livre, mas não abalou nossa crença em sua qualidade e indicação para o nosso País.

Infelizmente, a pressão política fez com que alguns entusiastas se afastassem, o que tem como consequência o aumento da necessidade de organização da Frensoft, de uma atuação ainda mais contundente, de modo a não deixar o movimento perder força e ser atropelado pelo poderio econômico das megacorporações que desenvolvem programas fechados e que tentam manter o monopólio do conhecimento e fazer com que países ditos periféricos e em permanente atraso tecnológico sejam eternos consumidores de seus produtos.

Neste meu discurso de despedida da presidência da Frensoft, gostaria de agradecer a todos que contribuíram para o meu mandato, os Deputados e Senadores que compõem a Frente. Agradeço também ao ex-Diretor-Presidente do ITI, Dr. Sérgio Amadeu, que tanto luta pelo **software** livre e que nos apoiou em inúmeros embates contra as empresas monopolísticas; ao ex-Ministro da Ciência e Tecnologia Deputado Eduardo Campos; ao nosso querido Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que tem mostrado a importância da liberdade do conhecimento ao mundo e levado esse conceito para a cultura, apoiando o **software** livre; ao ex-Ministro das Cidades Olívio Dutra, que fez a primeira grande migração do governo e sempre apoiou as ações da Frente, assim como ao ex-Ministro da Educação Tarso Genro.

Quero e devo também agradecer aos cidadãos e cidadãs que contribuíram voluntariamente conosco, pessoas como Ada Lemos, Marcelo Branco, Cristiane Camboim, José DeLucca e muitos outros que, por meio das organizações de **software** livre, acabaram por ficarem anônimos, mas suas contribuições não passaram despercebidas. Não posso deixar também de lembrar meus funcionários que tanto se empenharam e que se desdobraram para me dar suporte durante minha gestão: Ivo Oliveira, meu chefe de gabinete, e José Pennafort, meu assessor legislativo. Meu sincero agradecimento e muito obrigada a todos e a todas.

Oficialmente, não sou mais Presidente da Frensoft, mas deixo meu compromisso de continuar lutando

pelo **software** livre. Continuarei sendo voz do **software** livre no Senado Federal. Sempre que preciso, levantar-me-ei para defender os interesses do conhecimento livre e irrestrito. Queria até que eu continuasse como Presidente, mas, em virtude dos meus inúmeros compromissos, não poderia permanecer no cargo. A partir do momento em que não me candidatei mais a Presidente da Frensoft, recebi, de forma muito grata e honrada, o título de Presidente Honorária, o que me concede ainda a missão e a responsabilidade cada vez maior de continuar lutando pela Frensoft e pelo **software** livre em nosso País.

O novo Presidente da Frente é o Deputado Vanderlei Assis, que era o secretário da Frensoft quando eu a presidi.

Dia 30 de setembro, foi feita a nova eleição, foi passada a presidência ao Deputado Assis e fui homenageada, como eu disse, com o título de presidente de honra da Frensoft, que é a Frente Parlamentar Mista pelo Software Livre e Inclusão Digital do nosso Congresso Nacional, abrangendo a Câmara Federal e o Senado da República.

Agradeço, mais uma vez, a todos aqueles que, durante dois anos, muito contribuíram para que pudéssemos fazer significativos avanços com relação a **software** livre e inclusão digital em nosso País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Serys, V. Ex^a viu que eu nem marquei tempo, como manda o Regimento, advertido pela correta Secretária Executiva, Dr^a Cláudia Lyra, fiel ao Regimento. Mas fiz uma homenagem às professoras. Nem mandei marcar tempo. Mais ainda, mandei chamar o Senador do Piauí Heráclito Fortes para vir homenagear o Piauí e os professores. O Alberto Silva está no Piauí, mas nós o representamos, porque ele é do nosso Partido. Então, receba este abraço, este testemunho e esta gratidão àquela que considero a maior classe. O mundo não chama o Presidente da República, o mundo não os generais, os banqueiros, os milionários de mestres, só os professores – igual a Cristo.

Concedo a palavra ao Senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, do Partido dos Trabalhadores, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando fiz a defesa do voto de pesar à família de Luiz Menezes, era minha intenção falar de uma música de sua autoria chamada “Piazito Carreteiro”.

“Piazito Carreteiro”, Senadora Serys Silhessa-renko, foi escrita por Luiz Menezes. Gostaria de ler a

letra dessa música e solicitar que fosse inserida no voto de pesar:

Piazito Carreteiro, de bombacha remendada

Vai cantando pela estrada a canção do boi barroso

Que a tradição lhe ensinou

Piazito Carreteiro do cusco amigo e companheiro

Que nunca teve infância, pois não pode ser criança

Porque a vida não deixou

(E cantando lá se vai êra, era, era boi de ponta.

Nóis já temo chegando

E cantando lá se vai, êra, era, era boi do coice, segue o piazito cantando. Piazito carreteiro, que ainda de madrugada sai repontando a alvorada lá pro fundo da invernada, onde a noite se ausentou. Piazito carreteiro, menino, gaúcho, guapo, simbolizam os teus trapos a legenda dos farrapos que a história glorificou. Adeus priminha, que eu vou me embora. Não sou daqui sou lá de fora.

Senadora Serys Slhessarenko, é uma homenagem a Luiz Menezes, mas estendo a V. Ex^a, como gaúcha, hoje no Mato Grosso, Senadora que orgulha aquele Estado e que conhece essa letra, uma obra que será sempre lembrada pelo povo gaúcho, de autoria do Luiz Menezes, que será enterrado daqui a nove minutos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com certeza, Senador, eu agradeço. É emocionante ouvir essa letra. Ela é de inestimável valor para o povo brasileiro, eu diria.

Será atendida a solicitação de V. Ex^a, em conformidade com o Regimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Senador Mão Santa, Senador Heráclito Fortes, na mesma linha de V. Ex^a, faço meu pronunciamento de hoje falando um pouco mais dos professores.

Gostaria, Sr^a Presidente, de deixar aqui, mais uma vez, um abraço carinhoso e respeitoso a todos os educadores, homens e mulheres do País. Agradeço sinceramente o esforço diário que vocês fazem na alfabetização de nossas crianças, e não somente delas, mas de todos os brasileiros e brasileiras que estão sendo alfabetizados.

Agradeço sua tenacidade na formação educacional dos nossos jovens do ensino médio, dos mais adultos, dos jovens na universidade e também dos mais

idosos, que, com alegria, constato que estão voltando, não apenas para aprender a ler e escrever, mas também aos bancos da universidade.

Todos sabem do amor e do carinho que vocês imprimem em sua profissão e sabem também das dificuldades que enfrentam sob diversos aspectos.

Está aí a regra de transição, em que foram discriminados; estão aí os professores das universidades em greve. E não há acordo, não há entendimento.

Mas o que quero dizer para vocês é que a meta de resolver o problema da regra de transição para aposentadoria dos professores é urgente, e esta é uma forma de homenageá-los. Por isso, estaremos conversando hoje com o Deputado Relator Roberto Magalhães, às 11 horas e 30 minutos. Tenho certeza de que S. Ex^a vai inserir naquela parte da PEC paralela a regra de transição para os professores.

A regra de transição, que infelizmente foi rejeitada para os professores, estabelece que a idade mínima do professor, 55 anos para o homem e 50 anos para a mulher, poderá ser reduzida em um ano, sempre que fosse comprovado um ano de contribuição além do que foi exigido. Ou seja, aqueles 25 anos considerados para a aposentadoria dos professores.

Sempre tive o entendimento de que não haveria essa cruzada nacional que os professores estão fazendo, já que isso estava contemplado na regra de transição. Mas foram os próprios professores que me alertaram que, infelizmente, foram excluídos. Sei que a regra de transição representa muito para essa categoria. Faremos de tudo na Câmara dos Deputados – e creio que posso falar aqui em nome da maioria dos Senadores, tomo essa liberdade –, e se aquela Casa colocar, como já havia colocado o Deputado José Pimentel, Senadora Serys Slhessarenko – é bom resgatar que S. Ex^a havia colocado –, o Deputado Roberto Magalhães, de Pernambuco, há de colocar também, e o Senado Federal há de ratificar, a fim de que não reste dúvida alguma. Se restar dúvida, com certeza já temos um parecer da Consultoria do Senado Federal, que diz que, como foi um ato discriminatório, se os professores forem ao Supremo Tribunal Federal, provavelmente – não podemos prejudicar –, obterão o mesmo direito de todos os outros trabalhadores, pois apenas aquela categoria foi excluída. Para que não seja necessária a ida ao Supremo Tribunal Federal, um questionamento administrativo junto aos órgãos competentes a assegurar a aposentadoria aos professores, faremos, se necessário, a alteração na PEC paralela, conforme conversa preestabelecida com o Deputado Roberto Magalhães.

Sr^a Presidente, faço questão ainda de vir a esta tribuna para falar de um projeto que a Comissão de Assuntos Sociais há de votar, espero eu, na próxima semana. O projeto é de minha autoria e é, a meu ver, um dos mais importantes que apresentei. Digo “que apresentei” porque entendo que outros projetos tão ou mais importantes como este foram apresentados por outros Parlamentares (Deputadas e Deputados, Senadoras e Senadores). Trata-se do Projeto de Lei nº 126, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE).

Sr^a Presidente, trato muito com as discriminações do negro, do índio, da criança e do idoso, junto com V. Ex^a, que atua em todas essas áreas também – mas destaco aqui a da mulher – e, infelizmente, constatamos que há uma discriminação hedionda contra homens e mulheres com mais de 45 anos. Por isso, apresentamos um projeto de lei para que haja um certo incentivo, um incentivo simbólico, pois o homem ou a mulher com 40, 45 anos ou mais, 50, 55, ou mesmo 60 – já voltei a 45 –, está mais do que habilitado, mais do que capacitado, mais do que preparado para exercer sua função pela qual o empregador o contratar, produzindo com qualidade, aumentando a produtividade e o lucro daquele que investir nesse homem ou nessa mulher considerados experientes.

Mas como infelizmente existe o que chamo de “discriminação hedionda”, estamos assegurando no Projeto um incentivo, apenas simbólico, de R\$200,00 a cada empresa que contratar um cidadão com idade superior a 45 anos. Tenho certeza de que, após a contratação, a alegria desse empregador será tão grande que ele inclusive abrirá mão do incentivo.

E por que apresento isso? Em primeiro lugar, porque, no Projeto mesmo, reconheço que os jovens representam hoje a maior parcela dos desempregados brasileiros, constituindo 44% do total de pessoas à procura de trabalho. Mas, por outro lado, demonstro que o índice de desemprego entre os trabalhadores mais velhos tem crescido de forma assustadora no Brasil. E cito, como exemplo: entre 1993 e 2002, a taxa de desemprego entre os trabalhadores mais novos aumentou em 39% – vejam bem: entre os mais novos, aumentou 39%! –, mas entre os mais de 40 anos, Senadora, aumentou 75%; praticamente o dobro. E hoje, se observarmos a massa de desempregados, veremos que o percentual enorme diz respeito àqueles trabalhadores com idade entre 40 e 59 anos de idade. E digo mais: o período médio de desemprego também aumenta sistematicamente entre os trabalhadores mais velhos. A idéia é implantar um programa de estímulo à

contratação desses trabalhadores. O Projeto prevê que os empregadores que contratarem tais trabalhadores, desde que atendidos alguns requisitos básicos, farão jus ao recebimento de uma subvenção que poderá chegar a R\$200,00 mensais.

Deixo na Mesa o Projeto na íntegra, Sr^a Presidente, com os devidos argumentos. Tenho quase certeza de que ele será aprovado na próxima semana, na Comissão de Assuntos Sociais. Em seguida, irá para a Comissão de Assuntos Econômicos e para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para ver se efetivamente não é inconstitucional. Sei que lá V. Ex^a é titular – uma das comissões em que V. Ex^a é titular –, e nós haveremos de aprová-lo lá, com a defesa de V. Ex^a.

Sr^a Presidente, esse projeto tem o apoio hoje de todas as centrais sindicais, de todas as confederações de trabalhadores. Estive ontem no Congresso da Cobap, Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que está elegendo nova direção. Eles estão recolhendo assinaturas em todo o País para a aprovação do Projeto nº 58 V. Ex^a o conhece, que vai fazer com que o aposentado volte a receber os salários mínimos correspondentes àqueles da época em que se aposentou, e também farão movimento para a contratação dos trabalhadores experientes. É um momento importantíssimo.

Ao concluir, Senadora, não posso deixar de falar da febre aftosa, assunto tão debatido no País. Eu tenho o mesmo entendimento de V. Ex^a sobre o assunto: acho, sim, que o Governo não deveria ter diminuído os investimentos nessa área e também que a responsabilidade não é só dele. É um absurdo considerar assim.

Vou dar um exemplo. O Estatuto do Idoso foi aprovado pelo Congresso Nacional, o Governo o sancionou, e a sociedade tem que cooperar. Se alguns artigos não estão sendo aplicados, a responsabilidade é também da sociedade, inclusive das entidades que atuam nessa área, que devem brigar para que ele seja cumprido na íntegra, como o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por que dou esse exemplo? Ora, se o Governo Federal tem responsabilidade sobre isso, o Governo Estadual também tem. A febre aftosa atinge também o Estado de V. Ex^a, mas sabemos que não é só lá. Basta fazer uma retrospectiva do que aconteceu nos últimos anos para ver que ela tem aparecido em diversos Estados. Então, os governos estaduais também são responsáveis.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com uma correção, Senador: não é no meu Estado, mas em Mato Grosso do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mato Grosso do Sul, exatamente. É bom esclarecer, para não ficar nenhuma dúvida.

Mas dizer que o fazendeiro não tem culpa?! Ora, é ele o primeiro que efetivamente deve cobrar a vacinação do gado. Ele tem que vacinar o gado e ficar permanentemente conferindo, denunciando caso não haja a dita fiscalização. Mas fica todo mundo quietinho, não é? Todo mundo quieto. Quando estoura o problema, o culpado é só o Governo Federal. Falo isso com tranqüilidade, e V. Ex^a é testemunha de que muitos me chamam de rebelde e a V. Ex^a também, porque viemos à tribuna e tanto criticamos como elogiamos certas medidas tomadas pelo Governo.

Como eu dizia ontem e repito hoje, ninguém espere meu voto para um salário mínimo de R\$320,00. Não quero nem saber se é ano eleitoral. Se vierem aqui com um salário mínimo de R\$321,00, venho para a tribuna e bato contra. E mostro que dá para pagar mais. Para atingirmos o valor com o qual nos comprometemos, o dobro do valor nominal somente – nem falo em valor real, que é possível, seria R\$400,00. No meu projeto, o valor é R\$400,40. E é possível esse valor, e mostro como cheguei a ele. Mas, se digo isso com essa firmeza, quando digo que vou votar contra os R\$321,00, se vier esse valor aqui para ser votado, digo também que temos que ser parceiros nas horas boas e nas ruins.

Culpar agora apenas o Governo Federal é uma irresponsabilidade. Todos são responsáveis pelo que está acontecendo: o Governo estadual, os fazendeiros e também o Governo Federal, porque, conforme ouvi hoje pela manhã, do próprio Ministro Roberto Rodrigues, houve diminuição dos investimentos na sua Pasta, o que impediu a aplicação adequada nos mais variados setores. É uma realidade. Mas também não dá para culpar somente o Governo Federal. Vamos dividir as responsabilidades e sair para resolver a questão, o que, espero, seja feito rapidamente, porque quem perde não é somente o Estado atingido, mas o povo brasileiro, a nossa política de exportação. O meu Estado é um dos maiores produtores também de gado, e, felizmente, não existe lá esse problema; mas já houve no passado. Por isso, é preciso alertar, neste momento, todos os Estados. Vamos dividir as responsabilidades e impedir que isso volte a acontecer.

Agradeço a V. Ex^a pela tolerância em relação ao tempo concedido a mim, a mesma que o Senador Mão Santa deu a V. Ex^a.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de mandar uma mensagem muito especial aos nossos educadores e educadoras de todo País:

Agradeço sinceramente o esforço diário de vocês na alfabetização das nossas crianças e não somente delas, mas de todos os brasileiros e brasileiras que estão sendo alfabetizados.

Agradeço sua tenacidade na formação educacional dos nossos jovens do ensino médio, dos mais adultos na Universidade e também dos mais idosos que, com muita alegria soube, estão voltando em grande número aos bancos universitários.

Todos sabem do amor que vocês imprimem em sua profissão e sabem também das dificuldades que vocês enfrentam sob diversos aspectos.

Mas, o que eu quero dizer para vocês é que a meta de resolver o problema da regra de transição para aposentadoria dos professores é mais que urgente e importante, é uma questão de justiça!

No Senado infelizmente o artigo foi excluído, mas esperamos sinceramente que na Câmara isto seja solucionado, pois estamos trabalhando pela inclusão do artigo naquela Casa.

De acordo com o artigo que foi rejeitado, a idade mínima do professor, 55 anos, e da professora, 50 anos, poderia ser reduzida em um ano sempre que fosse comprovado um ano de contribuição além do mínimo exigido.

Sempre tive o entendimento de que a regra de transição também se aplica aos professores.

Estarei reunido hoje com o Relator da Matéria, Deputado Roberto Magalhães, para que possamos conversar sobre a questão. Sei que o nobre Deputado é sensível à questão, assim como também o foi, o Deputado Pimentel quando da aprovação da PEC paralela.

Sei o que a regra de transição representa para sua categoria e creiam, faremos o possível para que vocês tenham uma resolução favorável para esta questão.

Faremos o possível para que vocês já tão sofridos, tão massacrados com seus baixos salários, tenham direito à merecida justiça!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

primeira página



Proposta estimula a contratação de maiores de 45

PanoramaBrasil

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado projeto do senador **Paulo Paim** (PT-RS) destinado a criar postos de trabalho para cidadãos mais velhos, detentores de experiência profissional. O projeto cria o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (PNETE) e atenderá o profissional com mais de 45 anos que esteja involuntariamente desempregado. **Paulo Paim** reconhece que os jovens representam a maior parcela dos desempregados brasileiros, constituindo cerca de 44% do total de pessoas à procura de trabalho, mas argumenta que o índice de desemprego entre os trabalhadores mais velhos tem sido o que mais cresce no Brasil. Como exemplo, disse que, entre 1993 e 2002, a taxa de desemprego entre os trabalhadores mais novos aumentou em até 39% enquanto, no mesmo período, o desemprego na faixa superior a 40 anos cresceu até 75%. De acordo com Paim, cerca de 20% dos desempregados brasileiros têm entre 40 e 59 anos de idade. Ele disse que o período médio de desemprego também aumenta sistematicamente entre os trabalhadores mais velhos. “A idéia é implantar um programa de estímulo à contratação desses trabalhadores. O projeto prevê que os empregadores que contratarem tais trabalhadores, desde que atendidas várias condições estipuladas, farão jus ao recebimento de subvenção econômica correspondente a até seis parcelas de R\$ 200,00 ou R\$ 100,00 por emprego gerado, conforme a renda ou faturamento do empregador no ano-calendário anterior”, explicou.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Serys Slhessarenko, Suplente de Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, o Presidente Lula, Senadora Serys, acusa o golpe e o chama de urucubaca. É evidente que os fatos negativos acontecem no Governo aos borbotões, às enxurradas. Alguns – quero até ser justo – não são da cota de culpa do Presidente da República, mas a grande maioria sim, inclusive da incompetência de parte da sua equipe.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a que é dissidente do Partido, dissidente do bem, aquele que tem o seu cheque ouro mensalmente ensagüentado pela...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E muito, e muito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é. Deve ser duro ver o sofrimento dos colegas, que são maioria no Partido, exatamente vítimas dos que meteram a mão no cofre sem dó nem piedade. Sabe muito bem V. Ex^a que, se, na primeira crise, a do Waldomiro, o Governo tivesse feito uma incisão cirúrgica na questão, talvez aquele mal tivesse sido estancado pelo bom exemplo. Mas não. Qual foi a providência do Governo, Senador Mão Santa? Não permitir que CPI acontecesse. Retirar, misteriosa e magicamente, não só o Sr. Waldomiro como também o Sr. Silvio Pereira da órbita do Governo, o Sr. Marcelo Sereno e outros mais.

Mau exemplo atrai mau exemplo! Quando se ouviu aquela frase do Presidente Lula de que, no palanque dele, não subiria corrupto e que, no Governo dele, não se praticaria corrupção, os que levaram a sério deram com o burro n'água, porque, já naquele palanque, havia uma trama aliciatória, principalmente dos banqueiros internacionais! E falo isso com a alegria de saber que a Senadora Serys, que preside esta sessão e que é do PT, não concorda com o que está acontecendo no Partido! Ela tem andado cabisbaixa, conheço a Senadora Serys! E, hoje mais do que nunca, porque também está entristecida com a incompetência do Governo destruindo o seu Estado, vítima na questão da aftosa.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Gostaria de explicar, Senador Heráclito Fortes, que são dois Mato Grossos: o nosso Mato Grosso não tem aftosa; o do Sul é que tem. Tem que ficar claro isso!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a é tão benquista no Mato Grosso do Sul que eu não queria tirá-la de lá! Foi uma questão de justiça que quis fazer a V. Ex^a. Para mim, a divisão geográfica não altera a divisão do coração. Quando V. Ex^a lá chegou, era um Mato Grosso só. E V. Ex^a, como Senadora grata, tenho certeza de que quer bem aos dois Mato Grossos, que, àquela época, eram um só e a acolheram ao chegar do Rio Grande do Sul. Mas, Senadora, o Governo perdeu o tempo, perdeu o *timing* ao fazer o jogo do empurra quando a primeira questão aconteceu.

Mas aí, Senador Pedro Simon, que chega em boa hora, há algo que me intriga: saber exatamente a data, como, quando e por que, ainda na época de campanha, o PT fez um acordo com os banqueiros internacionais.

Estou mandando pesquisar, Senador Simon, porque, mais ou menos entre agosto e setembro, após um jantar do qual participou o então candidato Lula em uma abastada casa ou apartamento de banqueiros em São Paulo, a partir daí tudo mudou. O discurso mudou, a carta aos brasileiros já era uma carta de garantia ao mercado financeiro internacional, as críticas ao FMI arrefeceram-se, a campanha contra a Alca mudou de tom, e os banqueiros começaram a ser defensores implacáveis do atual Governo. Talvez aí esteja o mistério para se descobrirem muitas coisas.

Qual foi o preço disso, Senador Paulo Paim? É preciso que a imprensa brasileira, investigativa como sempre e que tem desempenhado um papel fantástico, desvendando alguns mistérios recentes, decifre este enigma. Ninguém tem dúvida, Senador, de que houve um acordo, e um acordo com critério, com começo, meio e fim, garantindo a relação entre o governo que ia assumir e os banqueiros.

Senador Simon, V. Ex^a se lembra de que, nas três campanhas em que Lula foi derrotado, houve uma mobilização nacional dos empresários e, acima de tudo, dos banqueiros, amedrontados com a ameaça da vitória? Nessa última não; houve festa, comemoração. Tudo aquilo que foi prometido ao longo do tempo foi colocado de lado. Senador Simon, diga-me uma medida tomada por este Governo que tenha contrariado os banqueiros. V. Ex^a se lembra muito bem de que aqueles que se julgam pais da economia e que são do Partido dos Trabalhadores se ufanavam quando os balanços saíam, a cada semestre. Esses balanços apontavam que os bancos brasileiros tinham tido lucros exorbitantes. Eles festejavam. Eles eram Oposição e condenavam o governo da época. Hoje esses bancos estão batendo recorde sobre recorde; e os juros alcançam números estratosféricos. E nada acontece!

Aí vem o segundo fato estranho, Senador Pedro Simon: a escolha do Presidente do Banco Central. Esse, sim, vai mudar a política econômica, vai ajustar os juros!... Escolheram para presidir o Banco Central um banqueiro brasileiro de sucesso mundial, Presidente do Banco de Boston, comprometido com o capitalismo estrangeiro, tão combatido, recém-eleito Deputado Federal pelo Estado de Goiás. Pagou o preço da renúncia; renunciou ao mandato conferido pelo povo. Nunca vi um mandato tão espontâneo, com o povo goiano tendo tanta vontade de votar para homenagear aquele homem que orgulhou Goiás, com o sucesso praticado mundo afora, como a eleição do Sr. Meirelles! Sacrificou, em nome do Brasil, o seu mandato e foi ser Presidente do Banco Central.

Mas as coincidências e os fatos estão aí, Senador Pedro Simon. Agora, temos a eleição do Presidente do PT. Trata-se de economia interna, não tenho nada a ver com isso, Senador Cristovam Buarque, mas é muito esquisito que o escolhido tenha sido exatamente o que mais massacrou, Senador Paulo Paim, os aposentados neste País. Cadê aquele discurso de combate às mazelas que os governos de então praticavam contra os aposentados? É o “samba do crioulo doido”, ninguém entende mais nada. Senador Simon, Senador Cristovam, nada mais salutar para o Brasil do que essa divisão bem delineada entre as correntes internas do Partido a que V. Ex^a pertenceu há até bem pouco tempo. Mas por que se escolher exatamente o grande algoz do aposentado brasileiro? E aí se feriu de morte o coração de Paim. Senador Paim, V. Ex^a que tem sido aqui o grande defensor do aposentado, das suas reivindicações, da sua luta, como é que vai ficar? Se eu não o conhecesse, poderia pensar outra coisa, mas o Rio Grande do Sul e o Brasil podem ter certeza que V. Ex^a não vai baixar a cabeça, vai continuar lutando e defendendo as suas convicções.

Senador Simon, vem para cá a MP do Bem, aí arrumam um cirurgião da base do Governo para, na calada da noite, inserir maldades e massacrar mais uma vez setores da sociedade brasileira e rasgar, de uma vez por todas, aqueles discursos com o qual enganaram a população brasileira por mais de vinte anos.

Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a, com inteligência e coragem, traz um tema muito importante. O padroeiro dos banqueiros hoje é o Meirelles, não é? Quero advertir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Está mais em cima um pouco; é aquele que não vê nada. É aquele que nada sabe, que nada vê. Mas tudo acontece. É mais em cima.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sim, mas quero advertir V. Ex^a nesse negócio de banqueiro. O descalçamento está tão grande que está longe o povo brasileiro de saber como eles estão proliferando. Atentai bem! Hoje, qualquer grande empresário dessas casas comerciais é banqueiro. Eles não querem mais vender à vista, estão vendendo a 10%, 12% ao mês. Então, quando o brasileiro é enganado, como V. Ex^a disse, um mal nunca vem só, o exemplo arrasta. Os grandes empresários brasileiros são verdadeiros banqueiros. Quando o brasileiro compra um produto, uma geladeira, acaba pagando três geladeiras, porque está pagando ali a taxa de 10% a 12% ao mês, Senador. É esta desgraça que está aí, esta entrega ao sistema. Como Heloísa Helena diz: aos gigolôs do dinheiro; aos banqueiros internacionais. Está aí, V. Ex^a deu o quadro, fez o diagnóstico. Então, temos que advertir e voltar a Rui Barbosa, que diz: “Só tem um caminho: é a valorização do trabalho, do trabalhador”. O trabalho e o trabalhador vêm antes. Eles fazem a riqueza. E o nosso sistema está valorizando, está prestigiando, está enriquecendo cada vez mais os banqueiros, que agora irradiam aos empresários, que estão vendendo a prestação, enquanto os trabalhadores, os bancários estão na pindaíba, como nunca estiveram. E falo isso com autoridade porque Adalgisa é filha de bancário. Casei com uma filha de bancário. E como viviam bem! Hoje estão uns pobres coitados. Atentai bem: por eles passa dinheiro, passam vultosas somas, e eles, com honestidade, trabalham e são punidos. Agora estão em greve, querendo ter um salário digno e não conseguem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a o enriquecimento que dá ao meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a é um colega que conheci ao longo do tempo numa luta comum, nossa, pelo restabelecimento da democracia. Naquela época nós, o velho MDB, nem sempre tínhamos o apoio do PT porque o PT era autêntico demais. O PT, por exemplo, não votou a Constituição porque ela não tinha os elementos de defesa do capital nacional que ele exigia. O PT não votou no Dr. Tancredo porque era contra o Colégio Eleitoral. A grande verdade é que vejo V. Ex^a, que integra o Partido da Frente Liberal, criticar o PT. Eu jamais poderia imaginar que o PT pudesse ser alvo de uma crítica como a que V. Ex^a está fazendo. Ninguém, ninguém, por mais pessimista que fosse, acreditaria que o PT, chegando ao Governo, se resumiria a isso que está aí. Eu ainda não tinha ouvido falar nisso que V. Ex^a está dizendo. É a primeira vez que escuto. Realmente, todas as vezes que o Lula foi

candidato, os banqueiros estavam contra ele. Eram duros, enérgicos com ele. Havia uma frente ampla contra ele. E dessa vez não aconteceu. E imaginávamos que não acontecera porque realmente o PT estava mais *light*, o PT estava mais... O Lula dizia que dessa vez não queria concorrer só por concorrer, que só concorreria se fosse para ganhar... Mas, daí a imaginar que aconteceria o que está acontecendo... Esse cidadão que devia estar sendo processado está consolidado, endeusado na Presidência do Banco Central, e com uma política incrível, como diz V. Ex^a. Há muito não se ouve da Bancada do PT uma vírgula contra o Fundo Monetário Internacional, nem contra o Banco Mundial. Pelo contrário, se há um setor que está satisfeito é realmente o setor financeiro. E se há um setor que se identifica com o PT é o setor financeiro. V. Ex^a chama a atenção e diz que não tem nada a ver com a disputa interna lá no PT, porque não é o seu Partido. Acho que nós todos temos de nos preocupar com aquela disputa que está havendo no PT. Olhei com muito otimismo o ex-Ministro Tarso Genro. Perdoe-me estar lhe tirando o tempo, mas há tão poucos aqui. O pronunciamento que S. Ex^a fez, a proposta que apresentava para refundar o PT era algo que eu considerava realmente sério. Era uma proposta, era um mea-culpa, era uma limpeza geral no próprio PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Na realidade, era para “desafundar” o PT.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O PT, antes da CPI, iria reunir-se para fazer sua própria justiça e botar para fora aqueles que ele achava que não mereciam pertencer ao Partido, porque podiam, dizia o Dr. Tarso, até estar na política, mas não se identificavam com a ética e com a moral do PT. Ficou falando sozinho. Ficou falando sozinho! Aí apareceu a perspectiva da eleição do Dr. Raul Pont. Realmente não acreditei na eleição do Raul Pont, porque a política dele é bem mais radical do que a de Tarso Genro. É uma linha muito mais avançada, muito mais extremada do que a de Tarso Genro. Eu me surpreendi com a votação dele: 48,6%. Ao contrário do PT, que andava, viajava, passeava por aí o tempo todo, ele dizia que não podia viajar porque não tinha dinheiro para fazer mais viagens. Por isso ele não pôde fazer todas as visitas que ele tinha de fazer. O fato de ter obtido 48,6% dos votos é uma demonstração de que realmente o Governo tem de entender que, a rigor, nem o Partido dele está do seu lado. Por isso eu guardo poucas expectativas; as que eu tinha morreram na eleição do Presidente da Câmara dos Deputados quando o próprio Lula chamou o Sr. Fleury, quando o próprio Lula chamou o presidente que renunciou ao mandato para não ser cassado para fazer com ele um para o segundo turno, quando o próprio Lula liberou

R\$500 milhões para as emendas, quando o próprio Lula prometeu um Ministério ao PP. Antes diziam que o Lula não sabia o que aconteceu nas votações anteriores, não sabia da compra de votos, não sabia do mensalão, mas a eleição do Presidente da Câmara escandalosamente feita, ocorreu sob o comando do Lula. Foi ele que a comandou. Então, o novo PT – o Tarso falava do novo PT, dizia que ia refundar o PT – é o da eleição do Presidente da Câmara. Esse é o novo PT, com novos métodos, com a fórmula empregada. Sobraram os R\$500 milhões para o Governo destinar às emendas dos Parlamentares, para que votassem no atual Presidente da Câmara dos Deputados. No entanto, no caso da aftosa, como sempre, o Ministro da Fazenda cortou as verbas necessárias. Cortou as verbas e deixou que acontecesse isso que presenciamos e que é uma irresponsabilidade. Febre aftosa só existe por causa da irresponsabilidade. E não venham dizer que é irresponsabilidade do pobre colono de Mato Grosso. É irresponsabilidade do sistema, da coordenação do Governo, daqueles que têm a obrigação de fiscalizar e ver como as coisas andam. E estamos, aqui, de maneira ridícula e estúpida, sofrendo o deboche da opinião pública nacional porque, de uma hora para outra, sem mais nem menos, apareceu a versão “dizem que o Movimento dos Sem Terra estaria envolvido, devido a cabeças de gado que estão vindo do Paraguai, sem controle e sem fiscalização”. Ali estaria o início de tudo. Enquanto isso, essas coisas estão acontecendo. Eu felicito V. Ex^a. Lamento a extensão do meu aparte. Acho muito mais importante o pronunciamento de V. Ex^a. Perdoe-me. Eu quero elogiá-lo. Não quero atingi-lo, mas me parece muito estranho que V. Ex^a, em nome do PFL, faça este discurso e não o PT, que tem de ouvi-lo. É uma coisa que não me passava pela cabeça. Eu nunca imaginava ver o que estou vendo, lamentavelmente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nobre Senador, o PFL, comovido, agradece o aparte de V. Ex^a e lamenta não poder dizer o mesmo ao PT, com todo o respeito ao Senador Paulo Paim.

Senador Pedro Simon, nos últimos 20 anos, o PT foi campeão em apontar brasileiros e mandá-los ao banco dos réus. Acusou, denunciou, destruiu honras, acabou com carreiras públicas, criou factóides, mas apontando para o banco dos réus.

A extraordinária jornalista Dora Kramer, Senador Cristovam, na sua coluna de ontem, diz uma coisa fantástica, que é verdade cristalina e absoluta. O PT, hoje, já não se incomoda tanto com o banco dos réus, porque admite estar sentado nele. Quer companhia. Como está no banco dos réus, quer companhia, quer mostrar que não está sozinho.

Aquela cristalinidade, aquela pureza era só discurso, era só balela. Aliás, ela diz isso a propósito de uma declaração da Senadora Ideli, que agora anda comemorando, nas raias do PT, o fato inusitado de ter descoberto que alguns oposicionistas, eventualmente, usaram aviões particulares, ou aviões de empresários brasileiros.

Quero repetir agora, Senador Pedro Simon, o que disse Mário Covas há doze anos na CPI do Orçamento, quando quiseram usar essa mesma técnica: Para uso de jato, no Brasil, de avião particular, com a dimensão continental, só uma CPI.

É preciso clareza e que se mostre, Senador Paulo Paim, todos os que usaram, e não vir para cá com memória seletiva. Aliás, eu acho que a Senadora cometera um ato de dignidade se começasse examinando quem do seu Partido usa os aviões, os usos diretos e os usos indiretos, aqueles que são pagos pelas empresas que recebem apoio dos grandes conglomerados financeiros e dos Fundos de Pensão; examinar quem pagou os vôos dos jatos do PT e os que estão em débito – tem muito pendura aí em companhia aérea – quem andou e por que andou e por que está andando, porque não parou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador!.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Desculpe-me, mas V.Ex^a está abordando um tema também muito importante. V. Ex^a diz que o PT está sentado no banco dos réus e quer companhia. Pode até querer companhia, mas o que tem de grave, grave mesmo, é que o PT foi para o Governo, se encarregou de fazer o esquema dele, que era mais um esquema de poder do que o esquema de governar, e esqueceu-se de fazer aquilo que devia ter feito. Tudo isso que ele está dizendo que o PSDB fez, que o Fernando Henrique fez, ele devia ter apurado nos primeiros meses de governo, no primeiro ano de governo, no segundo ano de governo. Mas não disse uma palavra, não disse uma linha, não pediu uma palavra, não pediu uma CPI, não fez nada. Não houve uma ação. Não houve mudança de governo mais civilizada, mais elegante do que a do Sr. Fernando Henrique com o Sr. Lula. Pareciam até do mesmo partido. Teve gente que disse que, se o Serra tivesse ganho, não teria sido assim, ele iria dizer algumas coisas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Com toda certeza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – ...que o Fernando Henrique não iria gostar, porque do que o Lula disse o Fernando Henrique gostou de tudo. Quer dizer, dois anos depois é que vão buscar? Eu posso buscar,

alguém pode buscar, mas o PT não pode. Não pode porque escondeu, engavetou, arquivou. E está lá, inclusive o Ministro da Fazenda, está lá o Sr....

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, vou dar mais um minuto – de fato, já dei vinte minutos. Faço questão de dizer que serei tolerante. Estou apenas esclarecendo o tempo porque a Mesa me alerta...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Apelo para a sua generosidade gaúcha.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ...que seriam dez mais dois, e estou dando quinze mais cinco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Seja forte como o minuano na sua bondade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com certeza. Darei, então, a V. Ex^a, mediante os apelos do Senador Simon e de V. Ex^a, em vez de um, mais cinco, vai para 25.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pronto!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, pode concluir.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Então, o natural teria acontecido. Surgiu o PT, 25 anos, vinte de ditadura, cinco de Sarney, oito de Fernando Henrique. Está na Constituição que vamos fazer auditoria da dívida externa. Ninguém fez. Todo mundo esperava que o PT fizesse. Bom, o PT vai fazer. Mas não houve nada.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Então, agora, diz V. Ex^a, porque eles estão no banco dos réus, querem levar o PT para o banco dos réus. Perdeu a graça.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Simon, aí é que é o grande mistério e a minha vontade de decifrar isso aí.

O Senador Cristovam Buarque estava envolvido na campanha, talvez não saiba como essas coisas se procederam. Até julho, agosto, o PT tinha uma pregação em palanque de que a economia brasileira estava no caos, que o Governo ia estourar e assustou, inclusive, setores do PSDB. De setembro, depois daquele jantar – eu não sei o que foi servido –, mudou tudo. E, aí, V. Ex^a se lembra de um fato: aquela transição pacífica e ordeira foi interesse nacional, interesse republicano ou dos banqueiros?

Senador Paulo Paim, há três pessoas aqui em plenário que, direta ou indiretamente, participaram desse processo. Serra, certo ou errado, fez um combate ao consumo de tabaco no Brasil genial, duro, proibindo

propaganda, fazendo restrições, botando cenas chocantes nas carteiras de cigarro, e por aí afora. Assume o Presidente Lula. Vem a corrida de Fórmula 1 – o Senador Cristovam deve saber essa data até melhor do que eu, acho que era fevereiro. É editada uma das primeiras medidas provisórias, autorizando – e com isso revogando a decisão anterior – propaganda de cigarro na corrida de Fórmula 1 durante dois anos seguidos. E é aí que se vê: qual era a empresa de publicidade que estava por trás? Qual era o interesse do Sr. Delúbio em fazer com que a medida provisória viesse?

Mas, naquele período, estávamos anestesiados. Os fatos se passaram sem que se percebesse o que estaria por vir e esse mar de lama com que a Nação depara hoje.

Senador Pedro Simon, durante vinte anos, nós ouvimos aqui uma catilinária de que o mal brasileiro era que os governos de então privilegiavam o pagamento ao Fundo Monetário Internacional, e que, enquanto o brasileiro dormia, o dragão do Fundo, representado neste País pelo Citibank, que era usado nas manifestações populares, roubava nossa riqueza.

Pois bem! De maneira espontânea, o Governo brasileiro já pagou mais ao FMI, nesses três anos, em antecipação do que o Governo Fernando Henrique nos oito anos. De maneira espontânea! Tanto é que, para o FMI, não é mais o Patinho Feio, e sim o exemplo que deve ser seguido pelas outras nações.

E o Citibank, o que é hoje? Parceiro dos negócios envolvendo entes governamentais e os seus interesses tão combatidos antigamente.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a, que é um homem de prática católica conhecida no Brasil inteiro, há de se lembrar de um movimento que o PT liderou de combate à assinatura do Tratado da Alca e que envolveu a Igreja. A Igreja, na campanha eleitoral, usou a questão da Alca para combater os governantes de então. O Governo não esperou nem a posse, já antes dela, na missão que foi ao Equador, mostrou a alguns que a posição brasileira era outra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, mais um minuto para V. Ex^a concluir.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vou concluir, agradecendo a V. Ex^a.

Portanto, Senador Pedro Simon, o mundo virou de cabeça para baixo. Já pensou V. Ex^a se voltassem à terra para alegria nossa figuras como Ulisses, Severo – fiquemos nesses dois, mas inclua vinte – sentassem ao fundo do plenário e vissem o que está acontecendo, iriam pedir imediatamente para voltar, porque iriam ver que tudo aquilo que fizeram, que lutaram pela transição, pela democratização foi em vão, que aquela medida de

não votar no colégio eleitoral por alegação profilática era apenas interesse não confessável, era aproveitar-se de uma situação.

Senador Pedro Simon, terça-feira, vem depor nesta Casa em uma das CPIs, e não me lembro de qual, o presidente do Citybank para prestar esclarecimento de negócios duvidosos entre ele, o Banco e os fundos de pensão. Esse cidadão está sendo blindado pelo partido do Governo de uma maneira tão desavergonhada, que é capaz de que não venha.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O médico não vem mais. O médico legista não vem mais.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois é, o médico legista já não vem mais. Se nós fôssemos irresponsáveis, estaríamos aqui agora já anunciando o assassino, como no passado se fazia. É este o clima que nós estamos vivendo. Se o Presidente Lula chama isso tudo de urucubaca, ele tem duas posições a tomar: a primeira é saber quem está botando urucubaca em cima dele...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo a V. Ex^a ...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...e a segunda é sal grosso, patuá, seja o que for, pedir, com urgência, ao povo brasileiro proteção, mas proteção nas ruas e dentro de casa porque é onde o foco está nascendo. O simplório Vavá, um inocente filho... Tudo começa assim. Quando não se tem rédea, quando não se tem cabresto, o gado vai para o pasto solto e aí ninguém sabe o destino que toma.

Espero que o Presidente Lula ainda tenha tempo suficiente para acordar e não culpar os outros pelos erros cuja origem está dentro de casa.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, a Sra. Seres Slhessarenko, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa e, em seguida, aos Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque.

Enquanto o Senador Mão Santa se dirige à tribuna, por uma questão de justiça, quero esclarecer que, no meu pronunciamento, falei muito de um projeto de minha autoria sobre o trabalhador experiente, cujo Relator é o brilhante Senador do nosso Amapá, Senador João Capiberibe, que já deu parecer favorável pela não discriminação contra o trabalhador com mais de 45 anos.

Senador Mão Santa, V. Ex^a tem a palavra por quinze minutos, mais cinco minutos, o mesmo tempo dado, com a devida tolerância, aos outros oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão de 14 de outubro, véspera do Dia do Professor; Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, brasileiras e brasileiros presentes e aos que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Professor Cristovam Buarque, atentai bem. Professor, para mim e para o mundo, é um título maior do que senador, presidente, general, banqueiro. Só aos professores a humanidade deu o aposto de mestre, igual a Cristo. Professor Cristovam Buarque, nosso Presidente também fez uma homenagem aos professores.

Senador Pedro Simon, atentai bem e desligai o telefone. Não podemos deixar de dizer – temos de ser verdadeiros – que o Lula nunca ensinou o povo brasileiro. Poderíamos ter dito isso, mas, em tempo, acho que, pelo 15 de outubro, ele se inspirou e ensinou o povo brasileiro. Todo mundo assistiu àquela aula convincente: “Vocês sabem o que é urucubaca?” Ninguém sabia e tal, e ele, com muito entusiasmo, com muita crença em urucubaca, talvez com muita experiência, ele ensinou urucubaca... E advertiu que essa profecia, essa seita era comum no Brasil. Então ele teve seus instantes de mestre também. Pena que o brasileiro e a brasileira não tenham esquecido, professor Cristovam, do que ele disse: ler era chato, ler era inconveniente, era pior do que fazer ginástica, exercício físico.

Aproveito este instante para dizer das nossas crenças. Professor Cristovam, Paim, que saudades tenho dos anos de minha infância e da minha adolescência! Que saudade de viver o que Olavo Bilac disse e nos encantava: “Criança não verá nenhum País como este”. Ô, professor Cristovam, que diria hoje Olavo Bilac?

Professor: a situação piorou, mas piorou muito. Não tem Duda, Goebbels, Mendonça; e Lula pode falar vinte e cinco horas do dia. Porque como fala! Como fala!... Mas só, Senador Paulo Paim, tem-se que acreditar. E ninguém acredita mais em nada do que o Presidente diz. O Brasil? Tudo maravilha!

Sei que ele não estudou nada. Mas cadê o Professor Cristovam Buarque? Professor Cristovam, aliás eu acho que este Senado tem que ter Senador vitalício. A Itália de Roma, do Renascimento, de Leonardo da Vinci, Maquiavel, Miguel Ângelo, Rafael, Galileu... Olha, atentai bem! Ela reverenciou e eu não ficaria com essa história do passado que podia dizer que era velho, mas foi lá que surgiu esse Renascimento:

a pólvora, a imprensa, a bússola para globalização. Mas ela é bem recente, professor. Ela pegou um que era teórico, morreu recentemente, Professor Norberto Bobbio. Todos nós seguimos sua orientação teórica, democrática, vivida na ditadura fascista de Mussolini, e viu renascer a democracia. E nós acreditamos. E a Itália o fez Senador vitalício. Rui Barbosa quase o foi, porque ele passou 31 anos aqui. O povo da Bahia nunca lhe negou um mandato de Senador.

Mas disse o Professor Norberto Bobbio – era professor, como Cristovam Buarque – que o mínimo que um povo tem de exigir de seu governo é segurança. Senador Pedro Simon, que segurança? Como ele diz: a vida, a liberdade e a propriedade.

O Senador Heráclito Fortes é muito novo, mas, Senador Pedro Simon, eu me recordo de um fato quando estudei no Rio de Janeiro, nos anos sessenta. Senador Cristovam Buarque, eu me lembro, quando eu passo naquele Aterro do Flamengo, Senador Paulo Paim, Senador Pedro Simon, que eu namorava embo lado naqueles jardins, na grama. Adalgisa ainda não tinha nascido, e eu já esqueci até o nome da namorada – Adalgisa me fez esquecer. Quando eu passo por lá e digo isso, todo mundo acha que é mentira. Mas esse era o Brasil, ali, no aterro, nos braços da mulher, ao som da zoadá dos carros. Era este País. E este País está aí. Melhorou em quê? O governante não nos dá o mínimo: segurança à vida, liberdade, propriedade. E vem com essa palhaçada aí de arma e não arma, desarma e não arma.

Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a falou nos pilares da democracia: crianças e professores. Nós divergimos filosoficamente, mas uma coisa o País sabe: somos melhores que os que estão aí, porque acreditamos em Deus, no estudo e no trabalho. Eles nos trouxeram aqui.

Eu dizia daqui: Ó Paim! Era S. Ex^a quem presidia. Foi o Paim, e o Brasil tem que reverenciar o melhor Vice-Presidente de toda a história deste Senado. S. Ex^a estava aqui às segundas e sextas-feiras. Não havia isso não, malandragem na história. Estava estereotipado que Senador e Deputado só vinham na terça e na quarta-feira; chegavam e iam embora. O Paim abria isso aqui. Hoje é sexta-feira, 14 de outubro. S. Ex^a como Vice-Presidente transformou essa tribuna em tribuna da liberdade e do exemplo – e nossa crença é no estudo e no trabalho.

Mas o que é que vai valer? Nada, Professor Cristovam. Atentai bem! Senador Paulo Paim, ontem disse a Globo: “Coréia, salário de uma professora: 10 mil e fração”. De chofre, aquele país cresce 10% ao ano. Acreditou na educação, como o Chile acreditou, como o Japão acreditou, e a Irlanda. E a urucubaca atingiu a

todos nós, e até a mim! Ou foi a urucubaca, ou o cão me atentou, porque não votei na primeira vez em Lula – pensei, estava consciente; na segunda, não votei; na terceira, não votei; na quarta, votei. Ô Senador Pedro Simon, Senador Heráclito Fortes, foi uma urucubaca que fez, e aí está: nunca dantes...

Pensei, temi, depois de aqui adentrar, que eles iam mudar essa bandeira por uma vermelha. Mas não. O PT foi só nessa linhazinha branca e tirou o lema positivista de Auguste Comte. Botou “Desordem e Regresso”. Esse é o quadro. A valorização do trabalho e do trabalhador!

Ô Pedro Simon, está ali o Rui Barbosa, 181 anos. Eu acho que V. Ex^a vai ser o segundo a ter um busto aqui, e merece, porque V. Ex^a simboliza a virtude e a honestidade, que escasseiam.

Mas é simples. Eu dizia no começo que nenhum núcleo duro ia chegar aqui. Eu sempre disse isso. Porque eles estavam entrando não na porta estreita do estudo, do trabalho, da honestidade e da vergonha, mas na porta larga da desonestidade, da desmoralização, da corrupção.

Segundo Rui Barbosa, só há um caminho: a primazia do trabalho e do trabalhador. Ele é que vem antes; ele é que faz a riqueza. E a cantilena da Heloísa Helena é muito boa! Agora esse Governo é a primazia. Ele dá para os gigolôs – palavra da Heloísa Helena – do capital internacional, os banqueiros. O trabalho, de jeito nenhum! Aí estão os bancários, que trabalham. Ô Cristovam Buarque! O pai de Adalgisa era bancário. Eles viviam bem. Estão todos aí, com salários vis. E como este País pode ir adiante, professor, se os nossos professores universitários estão em greve, mas nem são atendidos por um insignificante que ninguém conhece, o ministro mal-educado que aí está? Como não atendeu os professores? Ô Cristovam Buarque! Eu fui médico e sempre atendi todos. Eu fui Prefeitinho e Governador. Esse Ministro não atendeu? V. Ex^a foi Ministro e atendeu. Daí o nosso respeito e a nossa admiração.

Mas estão aqui as verbas federais: o salário-base pago nas instituições de ensino superior mantidas pela União é de R\$701,00. O mais alto é de R\$1.308,00. Está aqui o mais alto, que é de pós-graduado, mestrado, doutorado: R\$1.308,00.

Senador Paulo Paim, V. Ex^a é gaúcho. Observe os lanceiros negros, Bento Gonçalves, Farroupilha. Indignidade foi esta Casa, que se curvou a um monstrengo que saiu do STF para pressionar um fracassado nordestino que presidia a Câmara Federal e outro fracassado nordestino, o Presidente da República. E aprovamos. Ô vergonha, ô vergonha que sinto! Aprovamos, numa medida provisória, Senador Pedro Simon, R\$27.000,00

para o Poder Judiciário. Para o próximo ano! Amarraram! O ano é já, já, Senador Paulo Paim. Estamos em dezembro, e, para o ano, serão R\$27.000,00.

E as professoras? Não é qualquer uma, não. Como sinto saudade do passado, das escolas normais, daquelas belas jovens sorridentes e esperançosas do Brasil. “Criança, não verás nenhum país como este”. Fui buscar minha companheira numa escola normal. Ia esperar à saída, para casar com uma professora. Hoje, quem é que vai? Estão todas amarguradas, frustradas, decepcionadas, desencantadas. Está aqui o salário. Elas pedem para ser atendidas pelo Ministro da Educação, que não as atende.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Permito. V. Ex^a disse aqui que uma desgraça nunca vem só. E é verdade. Padre Antonio Vieira disse que um bem nunca vem só. Mas para nós, que somos do Piauí, eu e Heráclito, o certo é que uma desgraça nunca vem só. Além de as universidades federais estarem paralisadas e não serem atendidas – falo como médico –, há o problema dos hospitais universitários. Quem é atendido lá? O pobre. É cientificamente bem atendido pelo professor universitário médico. Quantos estão esperando, nas filas, por uma cirurgia, por um tratamento?

Este é o País. “Criança, não verás nenhum país como este”. Foi o que disse Olavo Bilac, da minha infância e da minha geração.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, pela idade, pois por amor ao Piauí você passaria na frente. Em respeito às virtudes que estão faltando neste País, como honestidade, concedo a palavra ao Senador Pedro Simon. Em seguida, concederei um aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu me lembro quando V. Ex^a foi o primeiro Senador que começou a fazer crítica ao Governo. Estranhei, pois V. Ex^a chegou aqui apoiando o candidato a governador vitorioso. Ele só é governador porque V. Ex^a o apoiou. V. Ex^a fez vários pronunciamentos defendendo interesses e obras para o Piauí. Acho, inclusive, que V. Ex^a percorreu Brasília junto com o Governador do Piauí fazendo solicitações para o seu Estado. De repente, não mais do que de repente V. Ex^a muda 180 graus. Aos poucos, devagarinho, V. Ex^a foi apresentando os fatos. Não que V. Ex^a tenha começado devagar, mas é que os fatos, a corrupção, foram sendo mostrados devagar. E quando V. Ex^a falou, os fatos ainda não eram publicados. A Globo ainda estava dando cobertura total para o Governo, a imprensa ainda estava dando cobertura total para o Governo, e a imagem que se tinha do Governo é que era um grande Governo. Estranhei muito V. Ex^a.

Pensava: “Engraçado! O Mão Santa apoiou o PT, não houve briga nenhuma com o Governador do Piauí, que é amigo dele, e, no entanto, está fazendo crítica”. Estranhei muito. Mas, lamentavelmente, V. Ex^a viu lá no início, quando nem imaginávamos. Mas, de lá para cá, infelizmente, desgraçadamente, V. Ex^a tem razão. Tudo o que V. Ex^a disse vem acontecendo, gradativamente. Lembro-me de que V. Ex^a disse, lá no início, nos seus primeiros discursos: “Ou o Governo toma providência já ou perde o controle”. Lembro-me dessa frase de V. Ex^a. “Estou falando agora, que essas coisas estão acontecendo, que o Governo tem comando, que o Lula tem prestígio, tem autoridade, que ele deve tomar as providências já, porque, se não tomar já, não vai ter mais tempo”. Vejo V. Ex^a agora na tribuna. Na verdade, ele não tomou as providências e, não sei, acho que não tem mais tempo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos.

Somos, Pedro Simon, do tempo de “criança, não verás nenhum país como este”.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, a professora era a segunda mãe e a escola, o segundo lar. As professoras são desrespeitadas, ninguém respeita as mães, nem a primeira nem a segunda. As escolas são verdadeiros escombros, desestruturadas fisicamente.

Estou seriamente preocupado. As grandes inteligências, no vestibular, todos procurarão a área jurídica, que oferece salários de até R\$27 mil, ou serão banqueiros, ou médicos. Quem vai querer ser professor? Nem jurista bom vamos ter, porque não temos mais professores, estão morrendo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, vou-lhe dar mais cinco minutos, como foi dado para mim e para os outros oradores. V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço. Depois, vou apelar para a nossa luta da Farroupilha, porque essa é pela liberdade.

Quanto ganha um membro da Justiça? Até R\$27 mil. E uma professora? Um salário mínimo. As inteligências vão todas... Hoje em dia, os professores... Não existem bons juristas, bons médicos, bons cientistas. Este é o País para o qual o PT da urucubaca está nos levando. Esta é a urucubaca, a ignorância do Presidente da República, é este o mal. Ó, Deus, devolva a nós o País que recebemos de Bilac: “Criança, não verás nenhum país como este”. Devolva esse País aos nossos filhos, aos nossos netos.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olha a violência, olha o desrespeito, famílias civilizadas enjauladas e gradeadas.

Com a palavra o Senador Heráclito Fortes, do nosso Piauí.

Relembro cada um dos nossos professores. Lembro-me da minha primeira professora, a nossa mãe, porque naquela época elas tinham tempo de nos alfabetizar. Lembro-me da Irmã Carmosina, de Assunção e Helena Freitas, de Edméa Ferraz, lembro-me de todas. E digo isto para cada um: relembre e homenageie! Lembro-me da Miriam, do Professor José Rodrigues, que ensinou João Paulo dos Reis Veloso, o maior Ministro deste País, com quem o PT deve aprender, pois ele conviveu com vinte anos de mando, à luz do período revolucionário, sem nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade e nenhuma corrupção. Mas o PT não aprendeu, o Lula não viu João Paulo dos Reis Veloso.

Senador Heráclito, eu era Deputado Estadual e V. Ex^a devia estar na Câmara Federal quando João Paulo dos Reis Veloso chegou à sua cidade natal, Parnaíba. Houve uma passeata para seu filho ilustre, então Ministro. Eu era Deputado Estadual e estava com o Governador Luiz Portela. Quando passávamos pela avenida Chagas Rodrigues, o Ministro disse: “Pára! Pára! Pára!” Todos os parnaibanos, em cortejo, homenageavam o filho ilustre, o mais digno e honrado, criador do primeiro e do segundo PNDs. Sabem o que era? Era a casa do meu professor, José Rodrigues. Parou o cortejo, meio-dia, sol a pino, ele foi conversar com o mestre e agradecer. Esse era o Brasil de respeito ao mestre.

Lembro-me que ele era moreno, como V. Ex^a, Senador Paulo Paim, de branco, fino e educado. Estão aqui na minha memória: Irmão Louis de Bois, do Colégio Marista, Professor Godofredo Correia, Professor Williberto Porto e, na minha formação cirúrgica, Professor Mariano de Andrade.

São lembranças que todos temos, porque funcionavam o ensino e a educação e acreditava-se nos valores do estudo e do trabalho.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Meu caro Senador Mão Santa, fiquei ouvindo atentamente as citações que V. Ex^a fez a Olavo Bilac e esperando – tenho certeza de que breve o fará – V. Ex^a brindar este Plenário com nosso querido Humberto de Campos, aquele maranhense que fez da Parnaíba a sua terra, a sua cidade e ali fincou um cajueiro que fez dele um símbolo que evocamos durante tantos anos de firmeza e, acima de tudo, do amor do homem à terra. Talvez

seja amor à causa o que esteja faltando neste momento aos que governam o País, infelizmente. Queria lembrar a V. Ex^a, Senador Mão Santa, um fato grave de que somos vítimas no Estado do Piauí. V. Ex^a inclusive lutou contra a burocracia para ver se resolvia. O Piauí, Senador Paulo Paim, vive há algum tempo incluído entre aqueles Estados que, por conta do surto de febre aftosa no passado, não podem exportar o seu rebanho. É a chamada causa desconhecida. Vem-se lutando durante muito tempo para se reverter esse quadro, mas a burocracia do Ministério e a burocracia governamental não o permitem – também pudera, com os recursos contingenciados... Estou chamando atenção para isso porque dois gaúchos estão presentes, os Senadores Pedro Simon e Paulo Paim, que são de um Estado que tem a agricultura e pecuária como as bases da sua economia. Lembro que quem vai sobrar desta crise toda talvez seja quem menos culpa dela tem, que é o Ministro Roberto Rodrigues. S. Ex^a fez advertências sobre o perigo que estava chegando. Disse que, se providências não fossem tomadas com relação aos mecanismos de fiscalização, correríamos o risco da aftosa. Começamos a ver, ontem, o Governo querendo jogar a culpa da crise exatamente para o Ministro. É sempre assim: vai-se arrumar uma vítima, vai-se arrumar um culpado. S. Ex^a é talvez uma das figuras mais extraordinárias que o Governo tem: trabalhador, sincero. No fim – prestem atenção este Plenário e o País que nos escuta –, vão tentar colocar a culpa em quem menos culpa tem nessa questão. A mesma coisa, Senador Paim, ocorre no que diz respeito à convenção-quadro. O Governo, de concreto, nada fez. Criou expectativa de subsídios, e esses subsídios não foram, de maneira alguma, demonstrados. Agora querem que o Congresso Nacional ratifique **ipsis litteris** essa convenção. Tenho tentado, Senador Paim, de todas as maneiras, encontrar uma fórmula, já que sou Relator na Comissão de Agricultura, que atenda ao Governo no que diz respeito à assinatura e à ratificação do tal tratado. Mas isso não pode custar o emprego de milhares e milhares de brasileiros. Eu tive oportunidade de visitar quatro Municípios brasileiros onde a predominância do plantio do fumo é um fato. O Governo quer, como alternativa, a mudança de plantio.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Heráclito Fortes, vou conceder ao Senador Mão Santa, como fiz com V. Ex^a, além do tempo regimental, mais cinco minutos, nos quais eu espero que S. Ex^a conclua para que os Senadores Pedro Simon e Cristovam Buarque possam usar da palavra.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Paulo Paim, são esses os fatos com que deparamos no dia-a-dia. O Governo nos envia a esta Casa a MP do Bem e, na calada da noite, a transforma na “MP do mais ou menos”, como bem disse o Deputado Inocêncio Oliveira. Mas quero crer que a transformou mesmo na “MP do Mal”. Tentou dar com uma mão e puxar uma parte maior com a outra. Não é assim que se faz. As coisas devem ser feitas com transparência. Aliás, está aqui o Senador Cristovam Buarque, que foi uma das primeiras vítimas do Governo. Quando S. Ex^a mostrou que não se juntava a grupelhos, que sabia o que queria, que tinha noção exata do que era educação no Brasil e do que o Brasil precisa, deixou de ser importante na estrutura que o Senador Mão Santa chama de “núcleo burro” do poder. Senador Paulo Paim, esta sexta-feira tem sido rica em debate. É bom que isso ocorra, principalmente com V. Ex^a presidindo a sessão e sendo generoso com relação ao tempo. O povo brasileiro compreenderá sua generosidade. Muito obrigado a V. Ex^a, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Queremos reafirmar aqui o valor do estudo e do trabalho. Heráclito Fortes, essa inteligência privilegiada, fez do Parlamento a sua universidade e teve a felicidade de conviver e fazer de mestres Ulysses, Tancredo, Renato Archer e Luiz Eduardo. Com trabalho e estudo, S. Ex^a representa bem o Estado do Piauí.

Concedo o aparte ao Professor Cristovam Buarque. Apresento-o como tal porque professor, para mim, é superior a Senador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, por suas palavras. A sua fala hoje resgata algo que me incomoda nesses debates que temos no Senado. Cada um daqui termina se especializando em alguma coisa. Eu mesmo padeço desse vício, desse defeito, pela obsessão como falo de educação. O senhor é um dos Senadores que tem como obsessão o Piauí, o Brasil inteiro e todos os setores importantes deste País. Hoje, é o senhor, médico, que traz aqui o tema do professor, cujo dia é amanhã. Já tivemos uma sessão especial para tratar do professor e da criança, em que me pronunciei, mas fico feliz pelo fato de o senhor trazer o assunto. Quero parabenizá-lo pela coragem como o senhor mostra a desigualdade salarial entre algumas categorias e a categoria dos professores. Não há futuro num país em que há essa desigualdade de salário entre algumas categorias e os professores. Pouca gente tem essa coragem. E é inspirado nessa coragem que assumo não ficar omissos diante de uma pequena conta. O custo para dobrarmos o salário dos professores, de todos eles, do ensino fundamental – não incluindo o médio

–, o custo de dobrar esse salário equivale ao aumento que deve ser dado à categoria do Poder Judiciário. V. Ex^a citou o mais alto salário do Poder Judiciário, agora estou citando toda a categoria. Não posso ficar omissa diante dessa comparação, mesmo sabendo do incômodo que pode provocar entre todos os amigos e conhecidos da categoria do Judiciário; não estou propondo que não haja esse aumento, mas, se houver para eles, que pelo menos seja estendido também aos professores. Estou falando que o aumento para uma categoria que é muito restrita em número custaria tanto quanto dobrar o salário médio de toda a categoria dos professores do ensino fundamental. Está na hora da refletirmos um pouco sobre isto: onde devemos concentrar os recursos públicos, em qual categoria, fazendo com que aqueles de salários mais altos entendam que melhorar a educação do povo brasileiro trará benefício para todos nós; trará, inclusive, benefício maior do que o aumento de salário que, egoisticamente, cada um recebe. Falo do Poder Judiciário, mas o que digo vale também para nós do Poder Legislativo e para muitas outras categorias. Recursos, este País tem, mas precisa alocá-los melhor no Orçamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O aparte de V. Ex^a foi muito oportuno.

Pediria só mais um minuto para encerrar, Sr. Presidente.

Sigo Cristo, que diz: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”; e Montaigne: “O pão que a humanidade mais necessita é a Justiça”.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campanha.) – V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Está aí a homenagem que fazemos ao Rui Barbosa, que disse que só existe um caminho e uma salvação: a lei e a justiça. Mas estamos falando de uma injustiça: a perversidade que estão fazendo com os professores, humilhados, sem perspectiva. A justiça em todo o mundo civilizado, do menor para o maior é de dez vezes. Nenhum professor, então, deveria ganhar, no Brasil, menos de dez vezes do que o Poder Judiciário. Seriam R\$2.700,00. É um parâmetro, é a igualdade.

São estas as nossas palavras. Mas eu pediria, porque do tempo V. Ex^a tem noção exata, quando o Rio Grande do Sul nos ensinou que foram dez anos para conscientizar...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...este País com o sacrifício da luta, da mais grandiosa luta do País, a batalha da Farroupilha, para nascer em dez anos o sentimento de liberdade, de igualdade, etc.

Ao encerrar, para prestar uma homenagem aos professores, peço permissão para ler um dos *e-mails* que recebo e que diz “sou seu fã”, de João Carlos. Em homenagem a Madre Teresa de Calcutá, que reflete a luta de todos nós. Ele simboliza todos os que nos assistem e enviam *e-mail* e acreditam ainda nesta Casa. Madre Teresa de Calcutá diz: “Tenha sempre presente que a pele se enrugua, o cabelo embranquece, os dias convertem-se em anos. Mas...”

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, só para terminar a leitura.

“...o que é importante não muda. A tua força e convicção não têm idade. O teu espírito é como qualquer teia de aranha. Atrás de cada linha de chegada há uma de partida; atrás de cada conquista vem um novo desafio. Enquanto estiver vivo, sinta-se vivo. Se sentir saudade do que fazia, volte a fazê-lo. Não viva de fotografias amareladas. Continue quando todos esperam que desista. Não deixe que enferruje o ferro que existe em você. Faça com que em vez de pena tenham respeito por você. Quando não conseguir correr atrás dos anos, trote. Quando não conseguir trotar, caminhe. Quando não conseguir caminhar, use uma bengala, mas nunca, nunca se detenha.”

Esta é uma homenagem dos que nos enviam *e-mails* para os professores do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, de imediato, ao nobre Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe do mesmo tempo que me foi concedido e que concedo também aos oradores: 15 minutos, com mais 5, com a devida tolerância.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, é claro que tenho que iniciar com o problema da aftosa. Estamos entrando com um requerimento – o Senador Heráclito Fortes, eu, o Senador Paulo Paim e o Senador Sérgio Zambiasi – convocando o Ministro da Agricultura para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Alguém que está me assistindo poderá perguntar: mas por que é que não se convoca o Ministro da Fazenda, se é o Ministro da Fazenda que manda? Não convocamos o Ministro da Fazenda porque estamos estudando ainda a fórmula pela qual vamos enquadrá-lo em crime de responsabilidade. Não convocamos o Ministro da Fazenda porque ele não vem. Não vem, não dá satisfação, não liga. O máximo que faz é, atendendo a um telefonema da Presidência da Comissão, pedir que os membros da Comissão falem com seu assessor, com seu chefe de gabinete. Uma vez, fize-

mos uma briga na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e fomos incorporar... Aí S. Ex^a recebeu. Mas foi uma coisa muito especial. Vamos ter que entrar... Eu pretendo entrar com ação de crime de responsabilidade porque é uma humilhação, uma desmoralização que o Ministério da Fazenda está fazendo com o Congresso Nacional, não atendendo nossas convocações.

Então, vamos urgir com o Ministro da Agricultura. Até porque, no caso, o Ministro da Agricultura é quem vai dar explicação. O Ministro da Fazenda, já sabemos, cortou, não deu. Porque a aftosa já é algo que está sob controle absoluto, não existe mais o problema da aftosa. A não ser quando não há cuidado, a não ser quando não há fiscalização, a não ser quando não há a devida preparação naquilo que se deve fazer para evitar que venha a aftosa. É por isso que o mundo não só suspende a importação de gado do Brasil, como ri. Ri e debocha. E o Presidente Lula, lá no exterior, culpa os produtores do Brasil. Ele poderia ter ficado calado. Porque os produtores do Brasil, até naquilo que podem não ter feito, o Governo errou na falta de fiscalização. Isso sem falar que as notícias dadas pelo Ministério da Agricultura foram de que o dinheiro veio muito menos do que deveria ter vindo.

O Ministro da Fazenda, com a maior tranqüilidade, cortou, contingenciou a verba oferecida pelo Congresso Nacional, não se dando conta de que ali era a Casa prioritária, que, ali, o que ele fazia podia causar um efeito negativo, multiplicado não sei por quanto, que é que está acontecendo.

E não venha o Ministro da Fazenda, e não venha o Presidente da República quererem culpar o Ministro da Agricultura, que é dos homens mais competentes e mais sérios, mais responsáveis deste Governo, e que tem tido uma atitude exageradamente elegante, porque está em uma luta constante com o Ministro da Fazenda. E o Ministro da Fazenda faz o que bem quer. Volta e meia, sabemos das decisões da Fazenda por um subalterno dele. E o Ministro da Agricultura vai saber pelo Jornal.

Eu soube de um fato em que o Líder da pecuária no Rio Grande do Sul, um Deputado de São Borja, telefonou para ele dizendo: "Olhe, nós conseguimos isso lá." E o Ministro da Agricultura disse: "Mas que bom! Eu ainda não sabia. Não me comunicaram ainda. Vou telefonar para ver se está exato."

A crise na pecuária não é urucubaca não. Aliás, em termos de urucubaca, com todo o respeito e carinho que tenho pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, o Presidente deveria invocar algumas escolas baianas para orientar o Governo. Agora, eu não sei onde a urucubaca entra quando o Presidente Lula chama os homens do PL, do PP e do PTB para fecharem o se-

gundo turno da Presidência da Câmara dos Deputados. Não sei onde a urucubaca entra quando o Presidente acerta com os Parlamentares 500 milhões de emendas para votarem no candidato do Governo. Não sei onde entra a urucubaca quando em todas as críticas que se faziam ao Governo procurava se ressaltar: "Mas o Lula não sabia! Mensalão? Mas o Lula não sabia!". A eleição que aconteceu na Câmara dos Deputados para a Presidência, "Mas o Lula não sabia!". Só que, agora, na eleição do atual Presidente, o Lula sabia. Por que o Lula sabia? Porque foi ele que fez. Foi ele que chamou o Deputado Fleury, conversou com o Deputado Fleury, que, no segundo turno, votaria no candidato do governo. Ele não retiraria a candidatura, disse que não retiraria. Tudo bem, não retira. E no segundo turno? Foi ele que chamou e conversou com o Partido Liberal, acertando a segunda votação. Foi ele que falou e conversou com os membros do PP, prometendo um ministério para o PP depois da votação.

Quando me lembro do Tarso Genro, Presidente atual do Partido, falando em refundar o PT, em usar métodos de moralização, botando para fora o que tem que ser posto para fora, e fundamentando o partido na honorabilidade e na seriedade, eu fico a me perguntar: este é o novo PT, o que o Lula está comandando e que elegeu o Presidente da Câmara?

E agora vem o Dr. Lula botar no jornal que a culpa é dos produtores. Embora as manchetes digam que, realmente, pecuaristas seriam os culpados, mas pecuaristas do Movimento dos Sem-Terra, que mensalmente trariam do Paraguai, de contrabando, sem fiscalização nenhuma, 500 cabeças de gado. Provavelmente, ali no Mato Grosso, nesse gado, estaria o foco da aftosa.

E pagamos um preço alto, Sr. Presidente. Para nós, do Rio Grande do Sul – não falo em urucubaca –, está dando tudo errado mesmo. Tivemos a seca do ano passado, a deste ano, a pior dos últimos 40 anos, que acabou com a nossa soja, com o nosso milho. A importação de arroz da Argentina, do Uruguai, praticamente está liquidando nossos produtores, ameaçados de ver acabar a mais moderna, a mais bem-sucedida cultura agrícola de todos os tempos no Brasil: a agricultura irrigada do Rio Grande do Sul, que está definhando a olhos vistos.

Agora, a nossa carne é atingida. Estávamos com toda ela praticamente vendida, e agora vem o embargo e atinge o nosso Rio Grande do Sul. Não sei. Palavra que não consigo entender o que ocorreu. Se o combate à febre aftosa estava toda sob controle, se não havia nenhum foco, se havíamos conseguido liberar a exportação para o mundo todo... Era para ser mantido assim.

Não podia passar pela cabeça de integrantes do Ministério da Fazenda diminuir um centavo sequer. Pelo contrário, se precisarem de mais, tem mais! E não venha dizer que o agricultor tal, o produtor tal, irresponsável, sem-vergonha, pegou o dinheiro e aplicou não sei onde, quis economizar, e, economizando, não fez a aplicação. Para isso tem a fiscalização do Governo, tem a fiscalização veterinária, tem um esquema montado há mais de 100 anos para fazer esse controle. Então, o Governo também é responsável pelo que aconteceu. Porque isso não acontece do dia para a noite. E a fiscalização anda e vê, olha, verifica, analisa a vacina para ver se ela é correta. Isso é feito rotineiramente pela fiscalização. Rotineiramente! Então não tem mais febre aftosa, está liberado, vão para casa festejar? Não! Não tem mais? Está liberada? A fiscalização aí é que entra. E entra para garantir que não venha mais.

Sr. Presidente, estou dando entrada a um requerimento, com a assinatura de V. Ex^a. A idéia, justiça seja feita, é do nosso querido Heráclito Fortes, minha, dos Senadores Cristovam Buarque, Mão Santa, Sérgio Zambiasi, visando convidar, com urgência urgentíssima, o Ministro da Agricultura a comparecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós achamos que V. Ex^a, da Presidência, agora mesmo, poderia tomar as providências. Acredito que o Presidente da nossa Comissão vai concordar, pois nós, que somos membros, já concordamos. V. Ex^a poderia telefonar ao Ministro da Agricultura e saber se, segunda, terça-feira, ou assim que for possível, ele poderia vir conversar conosco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, se me permitir, esta Presidência atende o seu pedido de imediato e vai pedir que se faça o contato para que o requerimento de V. Ex^a, com o endosso de todos os Senadores, seja encaminhado ao Ministro da Agricultura.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Enquanto aguardávamos a elaboração da convocação, eu tive o cuidado de ligar para o Presidente da Comissão, Senador Sérgio Guerra, que se encontra em Pernambuco, e ele não só louvou a iniciativa, como também pediu para que seja considerado como subscritor. Achou a idéia fundamental. Então, Sr. Presidente, essas providências, dentro do caráter emergencial que requer o fato, devem ser tomadas. O Senador Sérgio Guerra me disse que desse toda cobertura e toda prioridade, pois é solidário com esta questão, por considerá-la gravíssima. O Ministro da Agricultura merece ser ouvido para explicar as providências tomadas, o que foi

feito e/ou poderá ser feito para que o Brasil não sofra com os prejuízos, que, se não houver de imediato uma ação, poderá vir a ter. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência dará o encaminhamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço V. Ex^a pela feliz intermediação, sendo que, agora, o Senador Paulo Paim tomará as providências não apenas de fato, mas também de direito, uma vez que o Presidente da Comissão da Agricultura concorda com o requerimento. Quer dizer, V. Ex^a ia fazer de fato um pedido nosso. Mas, a esta altura, é um pedido de fato e de direito, porque o Presidente concorda.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a é um dos homens públicos deste País de mais experiência. Foi extraordinário Governador de Estado, com visão de futuro. Gostaria que V. Ex^a relembresse o valor da Emater. Emater! Os profissionais da Emater, que são, via de regra, veterinários, engenheiros agrônomos, estão com os salários defasados, iguais aos dos professores! O direito é igual para todos, e, quando se fala em aumentos salariais, todos têm de ser discutidos aqui, e não alguns privilegiados que vêm e pressionam este Poder, que se acocora e concede. Estes também estão no mesmo patamar dos professores, os engenheiros agrônomos, os veterinários, que formavam aquela instituição que salvaguardou a produção do campo, a Emater.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tem razão V. Ex^a, mas tenho certeza de que a Emater, um órgão estadual, e a fiscalização veterinária do Ministério da Agricultura farão o que for possível, e, se não fizeram mais, não é porque não estão ganhando mais! Nessa parte, não fizeram mais porque não tiveram a cobertura, a fiscalização, a obrigatoriedade do Governo para fazerem o seu trabalho.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Ex^a que, ao contrário do Senador Heráclito Fortes, torci pelo Líder Tarso Genro. Rezei para que ele ganhasse a Presidência do PT, porque achei que ele faria realmente um trabalho.

Quero dizer, com toda a franqueza e com todas as letras, que não interessa a ninguém o esfacelamento do PT. Quem pensa que interessa está enganado. Pode, como o Senador Cristovam Buarque, sair do PT, e acho que não lhe restava outro caminho; mas que é importante que fique um PT em condições de manter um Partido com o mínimo de seriedade é importante.

O Tarso Genro queria isso. Largar o Ministério da Educação e, com a cobertura do Presidente da República, que lhe deu apoio total, sair para organizar o Partido foi um gesto de coragem. Mas o apoio

do Presidente da República parou no meio do caminho. Quando se determinou-se que, para fazer um novo PT, tinha que se partir do princípio de um novo diretório, com gente nova, em que alguns tinham que estar fora, o Presidente da República não concordou e deixou o Sr. Tarso Genro falando sozinho. E entrou o que hoje foi eleito.

Passei a torcer por Raul Pont, porque conheço-o do Rio Grande do Sul, e dizem que foi dos melhores Prefeitos do PT em Porto Alegre. É um radical? É, mas menos radical do que era o conjunto do PT, que imaginávamos tanta coisa e deu no que deu. Então, não há que se imaginar que o Raul Pont não poderia ser porque era um radical. Não. Era um homem que queria mudar. Ele fez 48,6%; perdeu por 2%. Ele argumenta que perdeu porque não tinha dinheiro, não tinha condições; ele teve que viajar em aviões de carreira. Como teve que observar os horários dos aviões de carreira, não deu tempo para viajar por todos os Estados, como precisaria ter feito. Eu torci pela vitória dele porque isso significaria mudanças.

Não sei o que vai acontecer. Não consegui entender a declaração do Presidente Lula, que praticamente se solidarizou com os Deputados do PT que estão sendo processados. Concordo que o Presidente Lula não deve criticar, cobrar dos Parlamentares que estão no limbo, que estão sendo processados pela Comissão de Ética. Ele que se mantenha fora. Mas daí a receber em palácio, daí a dar solidariedade... Eu não entendo. Sinceramente, eu não entendo.

Já o Sr. Aldo Rebelo, por quem eu tenho o maior carinho e o maior respeito... Eu nunca me esqueço daquela eleição anterior, quando as Esquerdas não se acertaram. Eu recebi, no meu gabinete, o comando do PCdoB, tendo à frente...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a dispõe de mais cinco minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ... o seu Presidente, que, há tão pouco tempo, se afastou, uma das figuras históricas e heróicas do PCdoB. Lá estavam ele, o Deputado Haroldo Lima e o pessoal do PCdoB me convidando para eu autorizar um nome para levarem ao conselho das oposições, como candidato do PCdoB, já que eles tinham decidido que cada Partido levaria um candidato. O PDT levaria um, o PCdoB levaria um, os Partidos de Oposição. Agradei e fiquei emocionado. Eu lhes disse que aquilo, para mim, era um mérito e uma honra que eu nunca esperava merecer, mas apelei a eles que não levassem o nome, porque eu tinha certeza de que eles iriam criar um atrito muito grande com o Brizola – o Brizola jamais iria aceitar – e

que era melhor eles se comporem de outra maneira, como eles fizeram.

Digo isso para dizer como tenho respeito pelos Líderes do PCdoB, entre os quais o Aldo Rebelo, que tem sido um homem sério, digno, correto. Correto como Deputado, correto como Líder, correto como Ministro. E tenho certeza haverá de ser correto como Presidente. Mas a escolha dele para Presidente é uma posição delicada, porque ele foi testemunha de defesa do ex-Chefe da Casa Civil. Aliás, ele teve um gesto de elegância com o ex-chefe da Casa Civil, que passou todo o tempo o boicotando, dificultando o seu trabalho no ministério. E ele, num gesto de grande elegância, aceitou, foi lá e fez a defesa. E ele disse – e acho que ele está correto, o Sr. Presidente da Câmara – que terá coragem para absolver quem ele acha que deva ser absolvido, como terá coragem para condenar quem ele acha que deva ser condenado.

Penso que está correto. Mas a verdade é que há uma interrogação com relação ao procedimento do PT na decisão do Plenário da Câmara dos Deputados. E dentro desse contexto é que o Presidente Lula toma uma posição que não deveria tomar. Ele deveria ficar na sua imparcialidade, fora da questão. No entanto, ele entra na questão e dá a sua solidariedade aos Parlamentares que estão sendo julgados, e que a Câmara dos Deputados haverá de julgar no momento exato.

Não sei o que será do final do Governo Lula e o que acontecerá com o PT. O episódio da última eleição da Presidência da Câmara me deixa angustiado nesse sentido. O que sei, Sr. Presidente, é que resta muito de expectativa do que o PT poderá fazer, resta muito pouco de expectativa do que o Lula poderá fazer. Eu, no meu otimismo permanente e na minha esperança e na minha fé, confio que o Lula encontre um caminho para se recuperar perante a sociedade. E volto a dizer: aquela montanha de voto que ele teve na eleição é um patrimônio dele, mas é um patrimônio que, de repente, pode vir a desaparecer.

Nós do PMDB sofremos isso quando tivemos uma vitória fantástica de 26 Governadores e maioria de quase dois terços na Câmara e no Senado pelo MDB; dois anos depois, Dr. Ulysses fez 3% para Presidente da República. Quando fomos ver, onde estava nosso patrimônio? Na indecisão do MDB. A falta de coragem, de firmeza do MDB fez com que um homem da estatura do Dr. Ulysses, o herói da resistência, o “Sr. Diretas”, fizesse 3% para Presidente da República.

O PT, com o Lula, não fez tantos votos quanto fez o PMDB na eleição da derrota do Dr. Ulysses. Por isso, o Lula ainda tem tempo, mas não tem todo o tempo; e a cada dia se diminuem os votos que ainda

são seus. O que vai fazer? Não sei. O que está fazendo é muito ruim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Simon, esta Presidência em exercício, conforme requerimento de V. Ex^a, já fez contato com o Ministério da Agricultura. Atendeu-nos o Chefe de Gabinete, Célio Porto, que disse que o Ministério do Interior vai fazer contato com ele e nos dará a resposta ainda hoje, dizendo o dia em que o Ministro virá aqui, atendendo à solicitação de V. Ex^a e de todos os Senadores da Casa. De pronto, ele anuncia que o Ministro virá aqui para discutir o problema da aftosa.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, que, a exemplo dos outros oradores, dispõe do tempo de 15 minutos, mais cinco, com a devida tolerância que foi dada a todos, inclusive a mim.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora.

Sr. Presidente, vim falar de omissão, mas não apenas no caso restrito que tomou conta do Brasil recentemente, que é a volta da aftosa.

Venho falar de omissão no sentido mais amplo, lembrando que, há alguns anos, em conversa com o Presidente Lula, então apenas Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores, passei para ele a idéia, Senador Pedro Simon, do que eu vinha chamando de custo da omissão, idéia que tive quando uma jornalista daqui de Brasília me perguntou quanto custou construir a escola que eu estava inaugurando como Governador, e respondi que, sobre o custo daquela obra, eu preferia que ela falasse com o encarregado da obra, mas que eu ia lhe dizer quanto teria custado ao Distrito Federal não fazer aquela escola. O custo de não fazer uma escola é muito maior do que o custo de fazê-la.

Da mesma forma, deixamos de gastar cerca de R\$35 milhões no combate à aftosa e teremos um custo de pelo menos um R\$1,5 bilhão devido à volta dela. Isso é o que se imagina, mas ninguém sabe quanto vai nos custar, pois depende da repercussão internacional da reincidência da aftosa e do trabalho para reconquistar o mercado para o qual exportamos.

Conversei com o Presidente Lula, na época candidato à Presidência, e ele, com a genialidade que ele tem, sobretudo em comunicação, mudou o conceito e passou a usar na sua campanha a idéia do custo de não fazer. Essa é a maneira muito mais simples e direta de dizer aquilo que, sob o nome de custo da omissão,

ficava difícil compreender. O Presidente Lula, como candidato, foi para mim o grande divulgador da idéia de que há um custo de não fazer, como ele chamou. Lamentavelmente, estamos vendo que o conceito do custo de não fazer, que ele ajudou a divulgar, não está servindo na execução do seu governo.

Sr. Presidente, o custo para se fazer uma escola de 500 alunos, uma boa escola, é de R\$1 milhão, no que se refere à construção e ao equipamento. O custo para mantê-la, pagando inclusive um bom salário ao professor, conforme o Senador Mão Santa há pouco dizia, seria em torno de R\$12 milhões por ano. Se não fizermos essa escola e não gastarmos esse dinheiro, por baixo podemos considerar que só a perda de renda desses jovens que não estudariam seria de cerca de R\$400 milhões. Isso é o que eles deixariam de ganhar ao longo da sua vida. Mas a redução da produtividade desses jovens que não concluíssem o ensino médio – estou calculando o custo da escola por 11 anos –, o custo da produtividade perdida pode ser estimado em até um R\$1 bilhão por ano. E qual seria o custo da decência de termos esses jovens concluindo o ensino médio? Quanto custa a indecência de aquela escola não existir? E o custo da ineficiência desses 500 jovens que não estudariam durante 11 anos por inexistência daquela escola e quanto custaria a manutenção daquela escola com qualidade? E o custo da cidadania incompleta? E o custo dos gastos sociais que somos obrigados a fazer porque a população não estudou? Por não ter estudado, não tem renda; por isso exige, por exemplo, R\$10 bilhões por ano de Bolsa-Família. Se esses pais que hoje recebem a Bolsa-Família tivessem tido escola 15 anos atrás, ao longo de 11 anos, não precisariam de R\$10 bilhões da Bolsa-Família. Esse é o custo da omissão do passado, um custo correto hoje, mas um custo da omissão do passado. Esse custo de não gastar na hora certa é o custo da omissão, que o Presidente Lula chamava de custo de não fazer. Hoje no Brasil há quase 15 milhões de analfabetos. Para erradicar o analfabetismo no País, precisaríamos gastar R\$2 bilhões ao longo de quatro anos, ou seja, R\$500 milhões por ano. Quanto custa termos 15 milhões de adultos que não sabem ler? Não fazemos essas contas, elas não entram no cálculo do PIB sob forma negativa. Qual seria o nosso PIB potencial, o PIB que o País poderia ter? Não consideramos isso; só consideramos o que temos. Não consideramos o que deixamos de ter pela omissão havida no passado, pelo custo de não ter feito o que deveria na hora certa.

O custo, Sr. Presidente, de termos 15 milhões de pessoas analfabetas, no que se refere à perda de renda que eles têm por não saber ler, à ineficiência delas, perda que o Estado tem de cobrir, seria em torno de

pelo menos R\$2 bilhões para custear a alfabetização. E R\$20 bilhões é o custo de manter 15 milhões de pessoas no analfabetismo.

Isso é tão lógico que o Presidente Lula captou de tal forma que vendeu a idéia melhor ainda, Senador Heráclito Fortes, do que nós a tínhamos formulado. Agora vamos ver que ele não levou em conta a idéia que ele divulgou.

Eu estou aqui com a folha do Siafi, que mostra os gastos sociais brasileiros. Pasmem os senhores! Uma rubrica chamada Desenvolvimento Centrado na Geração Trabalho e Renda gastou, até o dia 9 de outubro, zero? Zero, repito! No caso dos recursos destinados ao controle da aftosa, pelo menos o Governo gastou uma porcentagem pequena, mas gastou. Nós – entenda-se o Governo – gastamos zero de uma rubrica de R\$500 mil destinada ao Desenvolvimento Centrado para a Geração de Emprego Trabalho e Renda. Quanto está custando ao Brasil não ter gasto esse dinheiro para criar emprego, para fazer com que as pessoas tenham uma renda que não dependa do apoio público?

Na rubrica Drenagem Urbana Sustentável, com previsão no orçamento de R\$335 milhões, sabem o quanto foi gasto até o dia 9 de outubro? Foram gastos 0,27%, ou seja, quase nada. Agora, qual é o custo de não ter gasto esse dinheiro? Quanto custou não ter feito esses investimentos? Quantas famílias sofreram por causa de inundações que poderiam ter sido evitadas com o uso desse dinheiro? Quanto vale, quanto custa, o sofrimento dessas famílias? Quantas propriedades foram destruídas porque não se fez essa drenagem e quantas ainda serão destruídas? Porque drenagem não se faz de um minuto para outro! Quantas pessoas deixaram de ir ao trabalho e, portanto, criaram uma ineficiência no processo produtivo porque a casa estava inundada ou porque o caminho não permitia passagem?

Mas vamos continuar.

Rede Solidária de Restaurantes Populares. O Governo, que tem o Fome Zero como seu principal programa – Senador Pedro Simon, o Governo que tem o Fome Zero como seu programa –, gastou 0,37% dos R\$38 milhões para criar uma rede de restaurantes populares. Como é possível que o Presidente, que ajudou a vender a idéia do custo de não fazer, não esteja praticando essa idéia ao não fazer esse restaurante na área em que ele se comprometeu como prioridade do seu Governo? Gastou apenas 0,37% dos R\$38 milhões, isto é, foram gastos R\$138 mil.

Esporte e Lazer na Cidade: gastou-se 0,91%. Qual é o custo de não investir em esporte e lazer? Crianças e jovens na violência. Quanto custa enfrentarmos o problema que envolve a infância e a juventude por

não termos gasto esse dinheirinho no esporte? Quanto estamos gastando para combatermos a criminalidade infantil? E parte dessa criminalidade – não toda – desapareceria se tivéssemos gasto nem que fosse uma parte desses 365 milhões. Se tivéssemos gasto todo ele, daria para fazer muita coisa.

Estamos vendo que não se gastou quase nada, mas não estamos percebendo o custo de não ter feito. E aí vai, Srs. Senadores: Resíduos Sólidos Urbanos, 0,93%; Desenvolvimento da Educação Infantil – sabem quanto se gastou, dos 16 milhões, que é pouquíssimo? Só 1%. Como é possível ter gasto 1%, no dia 9 de outubro, quando está chegando o final do ano? Para ser exato, 1,16%.

Quanto vão custar, no futuro, essas crianças que não tiveram apoio para o seu desenvolvimento no momento certo? Crianças que não se alimentaram porque o Governo não gastou esse dinheiro. Por isso não vão estudar; por isso vão ser repetentes; por isso vai se gastar mais dinheiro; por isso elas vão abandonar a escola; por isso serão ineficientes; por isso não terão renda; por isso o Governo vai ter de gastar dinheiro, para mantê-las, com programas sociais.

O Presidente, que ajudou a divulgar a idéia do “custo de não fazer”, não pratica aquilo que ele ajudou a nos ensinar, como professor que ele foi, ao cunhar a expressão “custo de não fazer” no lugar da expressão que eu tinha criado, “custo da omissão”, mais sofisticado, mais difícil de entender.

E continua. Alimentação Saudável é um programa do Governo Federal que tem 18 milhões reservados. Gastou 3,6 milhões, até o dia 9 de outubro. Programa Alimentação Saudável! Este País tem como centro do seu projeto de Governo hoje o Programa Fome Zero, Senadora. E como é que o Presidente gastou isso?

Atenção à Saúde da População em Situações de Violência e outras Causas Externas, 4%; Atenção Especializada de Saúde, 7% – há 785 milhões previstos no Orçamento aprovado no Congresso; Saneamento Rural, 8%; Urbanização, Regularização, Integração de Assentamentos Precários, Reforma Agrária, que o Presidente diz que é preciso fazer eficiente, gastou-se 9,66% no final do ano; Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, 9%.

Como é possível, no final do ano, o Presidente, que divulgou a idéia do “custo de não fazer”, deixar de fazer, sabendo como ele sabe que, ao não gastar o dinheiro na promoção e defesa dos direitos da criança, estamos criando um custo altíssimo de crianças com direitos violentados? Algumas violências como essas ficarão para sempre! É um custo que vamos carregar, ao longo de toda a vida dessa criança que, no futuro,

ficará adulta. Não estamos praticando o que o Presidente divulgou como conceito de “custo de não fazer”.

Passo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu entendo a mágoa e o tom pesaroso que V. Ex^a está dando ao seu pronunciamento. V. Ex^a era tido como uma das grandes esperanças que o Brasil tinha, dentro do Governo do PT, seja na parte social, seja na educação, seja na saúde, seja em qualquer um dos elementos invocativos. Como V. Ex^a disse, a campanha foi feita nesse sentido, não só aquelas em que o Lula perdeu, mas principalmente a que ele ganhou. E havia uma expectativa generalizada. Isso que V. Ex^a está lendo muitas vezes foi lido aqui pelo PT, analisando os Governos anteriores, do Fernando Henrique, do Sarney... Está aqui e não gastaram nada. E o PT dizia – e vou sincero que eu também falava, eu também dizia – que essa era uma demonstração de um Governo frio, que não tinha sensibilidade social, que não tinha nenhuma preocupação com o social, que não sentava para pensar e só tinha a parte do departamento da economia, da arrecadação, do pagamento da dívida externa e das realizações do sistema financeiro. Agora, no social, não tinha nenhum comprometimento. O que dói é V. Ex^a ler... E se fizermos uma comparação, é capaz de o PT ter gasto menos do que o Fernando Henrique nesse setor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Provavelmente, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É capaz de ele ter gasto menos que o Fernando Henrique gastou nesse setor. Então, não se entende mais nada. Quer dizer, não tem uma voz forte, não tem uma autoridade, não tem alguém dentro do Governo que diga “não, espera aí um pouquinho, isso é importante, isso aqui é uma questão de honra, isso aqui, ao nível da dívida externa de R\$150 bilhões, é uma migalha que estamos gastando; mas vamos gastar”. Quando se fez o Orçamento, já se gritou, já se protestou que era pouco, tinha que ser muito mais. Mas isso é o que se botou no Orçamento. Agora, não gastar? Deixar o ano passar e não gastar? Perdoe-me a sinceridade, não tem explicação. A falta de sensibilidade social... Uma coisa é o delito da corrupção, outra coisa é o negócio do mensalão; uma coisa é o negócio da dívida externa, outra coisa são as coisas que estão acontecendo. Mas nessa parte do social, não tinha por que mudar. O PT podia até ter outras bandeiras, ser menos ético, menos não-sei-o-quê, mas devia olhar para o social e aplicar o mínimo necessário. Não dá para entender. Eu juro que não dá para entender. Rasgou-se o compromisso, esqueceu-se, houve uma amnésia geral e essa parte foi esquecida, foi colocada de lado, como

se não existisse. Está lá parada. Tem que alguém ir lá, abrir a porta de um quarto enorme, onde estão as teses sociais do PT, as preocupações do PT, e dizer: olha, vamos trazer isso para cá, vamos botar para o Governo. Seria interessante convidar o Lula para ir... Onde é que está, na organização do Governo – V. Ex^a deve saber muito melhor do que eu –, aquela pasta que o Lula entregou no Jornal Nacional, quando ele disse: “No social, nós reunimos durante dois anos os melhores...” E deu o nome de gente do PT, de gente que não era do PT, de intelectuais, de gente do exterior, dos mais entendedores dos problemas sociais do Brasil e do mundo. Apresentou um dossiê espetacular e o entregou na mão do locutor do Jornal Nacional, dizendo: “Está aqui o nosso programa”. Alguém deve pegar aquele programa, levar para o Lula e dizer: “Lula, está aqui o programa. O que você fez com ele?”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Pedro Simon, eu não quero comparar o Governo Lula com o Governo Fernando Henrique Cardoso e também não gosto de ser indiscreto. Mas vou ser indiscreto e farei a comparação.

Cheguei agora de madrugada de Macapá, onde fui levar o meu apoio ao nosso companheiro e colega aqui, Senador Capiberibe, numa manifestação que houve lá. E estive com o Governador Jorge Viana.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por amor de Deus! Eu não pude ir, mas levo a minha solidariedade total e absoluta. Acho que foi um dos absurdos maiores que vi na minha vida. Não tem lógica, não tem cabimento. Com todo o respeito ao Supremo Tribunal Federal e todos os seus membros, temos visto tanto absurdo que eles não fazem o que deveriam fazer... E essa condenação do Senador e da sua esposa, por uma verba de R\$30,00 e duas passagens, é uma coisa que fica feia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade. E, ontem, o povo de Macapá mostrou o apoio que ele tem.

Mas eu falava, Senador, que lá estava o Governador Jorge Viana, meu colega, amigo, companheiro petista, que me disse – e peço desculpas a ele, se isso for uma indiscrição, mas ele não manifestou como nada privado – que recentemente fez um estudo e mostrou ao Presidente Lula, na frente do Ministro Palocci, comparando os desembolsos de recursos federais para o Governo do Acre na época do Fernando Henrique Cardoso e agora. Comparou o seu primeiro mandato com a atual e mostrou a diferença. Não queria que se gastasse mais, queria que se gastasse regularmente, de acordo com um cronograma de gasto, dos recursos previstos no orçamento.

O Governador é do Partido dos Trabalhadores e fez essa manifestação.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Cristovam Buarque, permita-me uma aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ouço o Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Cristovam Buarque, esse número caiu e não foi somente no Acre, mas no Brasil inteiro. No Estado do Piauí, que o governo usou como plataforma para o lançamento do Programa Fome Zero, escolhendo duas cidades, os repasses eram média de R\$50,00 por beneficiado, e caíram para R\$25,00. Lembra-se V. Ex^a daquela tese do “vamos fazer”, usada pelo Presidente Lula para evitar, no caso, até um mal maior? No primeiro ano de governo, anunciou-se aqui um programa de construção de prisões de segurança máxima para combater a violência. Isso ocorreu durante aquele episódio em que se quis levar para o Piauí o Fernandinho Beira-Mar. O Ministro prometeu a construção de três ou quatro presídios de segurança máxima no Estado. Não foi feito nenhum lá, nem no Brasil inteiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, V. Ex^a tem cinco minutos além da tolerância, conforme foi concedido também aos outros oradores.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Será que a violência diminuiu e não há mais necessidade da construção desses presídios? O que houve? O pior de tudo, Senador, para quem está no Governo, é a população saber que neste período comprou-se um avião com pagamento adiantado de R\$168 milhões. Não discuto a necessidade de o Presidente da República ter um avião à altura de suas necessidades de viagem. Mas não existe, é fato inédito no mundo, comprar avião e se pagar adiantado, Senador Cristovam. Existem várias formas de pagamento a longo prazo, através de *leasing* e de outras modalidades. O Brasil comprou e pagou à vista, diga-se de passagem, um avião cuja adequação para o tipo de necessidade do Presidente é colocada em dúvida. Por exemplo, as viagens mais longas que ele tem necessidade e gosta de fazer, na maioria das vezes, requerem um pouso numa cidade brasileira, antes da travessia do Atlântico. A pressa desse programa social, que foi a aquisição desse avião que está prestando inestimáveis serviços ao País, poderia ter sido colocada de lado e a educação, a segurança, outras questões básicas poderiam ter sido vistas realmente como prioridades. V. Ex^a há de convir que tudo aquilo que foi pregado na praça pública, durante aquele período todo, foi jogado na cesta do lixo. Isso é uma tristeza, mas é uma grande verdade. O Partido dos Trabalhadores, hoje, vive sugando, única e ex-

clusivamente, a imagem do Presidente da República. Imaginem esta crise toda sem o que ainda existe do carisma do Presidente Lula! Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço a V. Ex^a.

Vou conceder o aparte ao Senador Mão Santa e depois concluirei, Sr. Presidente.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a, como sempre, muito lúcido e homem de grande coragem, trouxe à baila uma das maiores vergonhas da história política: essa cassação do nosso companheiro, Senador Capiberibe. Eu quero dizer que nós temos a nossa formação filosófica. Eu estou com Aristóteles, que disse que a coroa da justiça brilhe mais do que a dos reis e esteja acima do que erro de santo. Neste exato momento, ela baixou e ficou encardida. E eu entendo mais: o Montesquieu, que fundou a democracia, disse que ela nasceu do povo. Liberdade, igualdade e fraternidade! Há esses instrumentos da democracia. Eu não chamo “poder”; chamo “instrumento”. Poder é o povo. Um é contrapoder. Um é para frear o outro. Eles nos freiam, mas temos o direito de freá-los. Entendo que está na hora de a Mesa Diretora frear essa intromissão injusta, indevida e de não se agachar, como recentemente nos agachamos aos altos salários deles. É a hora da reação! Somos contrapoder. Essa é a salvação. É para frear! Como Poder Legislativo, temos de ter capacidade de frear o outro. Com esse equilíbrio, estará salvaguardada a democracia. O povo é o poder, é quem paga a conta, é quem é soberano.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador.

Não vou ler todos os outros gastos sociais em percentagens ridículas diante das necessidades. Para fechar, vou citar apenas um.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Em habitação de interesse social, foram gastos, até o dia 9 de outubro, 15%. Trata-se do programa que cria emprego e que resolve o problema social da habitação.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos, porém não vou ler todo o resto desta folha que mostra os gastos. Só quero dizer que precisamos tomar as rédeas de algumas coisas e mostrar que não gastar na hora certa é gastar muito mais depois, é ineficiência não gastar na hora certa por causa do custo da omissão, o custo de não fazer, como o Presidente Lula cunhou, na expressão dele.

Quero falar de outra omissão, quero falar é da nossa omissão: Nós, aqui, também temos o nosso pecado. Como é que a gente não aprovou ainda o projeto que, se não me engano, é do Senador Antonio Carlos

Magalhães, de fazer o orçamento compulsório? Por que é que a gente aprova o Orçamento e depois o governo gasta quanto quer, fazendo com que o Orçamento seja apenas uma peça retórica, sem compromisso com o Real? Segundo, até como uma autocrítica, como um perdão, por que é que só agora, quando morrem vacas, é que a gente vai falar aqui que as crianças não estão recebendo os recursos necessários? Por que foi preciso que as exportações caíssem para a gente descobrir aqui o custo da omissão? Por que é que ele se preocupa mais com a aftosa do que com a coqueluche das crianças? Essa é uma omissão, Sr. Presidente, na qual também temos a nossa parcela de responsabilidade. É preciso que o Senado assuma um papel mais ativo na condução não só da votação simbólica, como quase sempre é, do Orçamento, mas na elaboração do Orçamento, na definição das prioridades do Orçamento...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Mais um minuto para concluir, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Na definição das prioridades do Orçamento, que não pode ficar só nas mãos do Poder Executivo. E, finalmente, na definição, de uma vez por todas que, orçamento é feito para ser cumprido, e não para ser contingenciado de acordo com o gosto, a vontade e as contas de governos que falam na campanha em custo de não fazer e, na hora de executar, trata o Brasil como País que não está sendo feito. Não está sendo feito pela irresponsabilidade, pela omissão. Omissão que tem um alto custo, o custo de não fazer, como o Presidente Lula disse e não cumpre.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 1.884/SGM/P

Brasília, 14 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente do Senado Federal
Nesta

Assunto: Perda de eficácia da Medida Provisória nº 252, de 2005.

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para os fins do disposto no art. 11, combinado com o parágrafo único do

art. 14, da Resolução nº 1, de 2002-CN, o processado da Medida Provisória nº 252, de 2005, tendo em vista o término do prazo de vigência dia 13 de outubro de 2005, nos termos do art. 62 da Constituição Federal.

Atenciosamente, – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, será publicado do Diário Oficial da União ato declaratório de encerramento do prazo de vigência da Medida Provisória, que será também publicado do **Diário do Senado Federal**.

A matéria vai à Comissão Mista, em cumprimento ao disposto no art. 11 da mencionada Resolução.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O Sr. Senador Leonel Pavan enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar matéria intitulada “Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente”, publicada no jornal **Folha de S.Paulo** do último dia 7 de outubro do corrente.

A matéria destaca o depoimento, na CPI dos Bingos, de Bruno Daniel, irmão do prefeito petista de Santo André assassinado em janeiro de 2002. Segundo o relato de Bruno Daniel, “a conversa ocorreu após a missa de sétimo dia do prefeito de Santo André em 26 de janeiro de 2002. Carvalho, então secretário de Governo da Prefeitura de Santo André, teria dito que encaminhava dinheiro de propina de empresários ao PT para campanhas eleitorais”.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos **Anais do Senado Federal**.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/CASO CELSO DANIEL

Gilberto Carvalho teria relatado esquema de corrupção; acareação será no dia 26

Irmão de prefeito morto diz que assessor de Lula mente

HUDSON CORRÊA

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

O professor de economia Bruno Daniel, 52, irmão do prefeito pequista de Santo André (SP) Celso Daniel, assassinado em janeiro de 2002, confirmou ontem à CPI dos Bingos ter ouvido de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um relato sobre corrupção na prefeitura com arrecadação de propina para o PT.

A conversa, segundo relato de Bruno Daniel, ocorreu após a missa de sétimo dia do prefeito em 26 de janeiro de 2002. Carvalho, então secretário de Governo da Prefeitura de Santo André, teria dito que encaminhava dinheiro de propina de empresários ao PT para campanhas eleitorais.

"A saída da missa, nós tivemos essa conversa em que Gilberto Carvalho relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao deputado José Dirceu (PT), a quantia de R\$ 1,2 milhão", disse Bruno Daniel.

O depoente confirmou a versão que seu outro irmão, o oftalmologista João Francisco Daniel, apresentou à CPI em setembro. João Francisco afirmou ter ouvido em três conversas diferentes a história de Carvalho.

O chefe-de-gabinete de Lula falou à CPI em 15 de setembro e negou ter feito tais afirmações. O depoimento foi a portas fechadas (a pedido dele) e, por isso, não há mais detalhes. "Carvalho não falou a verdade", disse Bruno Daniel, ontem.

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Morais (PFL-PB), marcou para o próximo dia 26 uma acareação entre Carvalho e os irmãos de Celso Daniel a fim de saber quem fala a verdade.

Na terça-feira, ao saber da decisão, Lula ficou irritado e criticou a

O CASO CELSO DANIEL

Dúvidas que a Promotoria diz ter resolvido

SANGUE

Em alguns ferimentos a bala no corpo do prefeito não havia manchas de sangue, o que indicaria que os tiros teriam sido disparados quando Celso Daniel já estava morto.

■ **Versão da Promotoria:** perícia indica que nenhum disparo foi efetuado após a morte do prefeito. Celso Daniel estaria de frente para o assassino.

DINÂMICA DO CRIME

Gomes da Silva disse que a Pajero parou após ser alvejada pelos bandidos, que um pneu furou e que o câmbio do carro entrou em "ponto neutro".

■ **Versão da Promotoria:** que o carro já estava parado quando recebeu todos os tiros e não existiu pane. Parada foi voluntária.

TRAVAS

Após uma colisão, o sistema de trava elétrica do carro entrou em pane, disse Gomes da Silva, e a porta destravou.

■ **Versão da Promotoria:** não houve pane. As portas foram destravadas de forma voluntária.

CARROS

Gomes da Silva diz ter sido interceptado por dois carros.

■ **Versão da Promotoria:** Havia um terceiro carro e nele estava Dionísio, apontado como o elo entre Gomes da Silva e a quadrilha da Favela Pantanal.

Dúvidas ainda sem solução

ROUPA

Segundo vídeo de restaurante, Daniel usava calça social bege, mas foi encontrado morto com calça jeans.

■ **Dificuldade:** a qualidade da fita é ruim e os testemunhos conflitantes.

VISITA

A namorada de Daniel e o ex-vereador Klinger de Oliveira (PT) estiveram no apartamento do prefeito no dia 19, para ver se havia recados na secretária eletrônica.

■ **Dificuldade:** testemunhas dizem que a mulher que acompanhava Klinger não era a namorada de Daniel.

COMPUTADOR PORTÁTIL

Amigo de Daniel disse que o prefeito tinha o costume de anotar as consultas agendadas em um computador portátil.

■ **Dificuldade:** o equipamento nunca foi localizado.

COFRE

João Francisco, irmão de Daniel, disse que o cofre no apartamento deste estava aberto e vazio após o crime.

■ **Dificuldade:** testemunhas com versões conflitantes.

TIROS

Daniel foi encontrado com ferimento de estilhaço de bala, mas a calça com a qual foi achado não tinha perfuração compatível.

■ **Dificuldade:** laudo não concluído.

Celso Daniel (PT), prefeito de Santo André, foi seqüestrado na noite de 18 de janeiro de 2002 quando viajava em uma Pajero guiada pelo ex-segurança Sérgio Gomes da Silva. Dois dias depois, foi encontrado morto em uma estrada de terra a 78 km de São Paulo com marcas de tiro.

AS SUSPEITAS

A polícia concluiu que o crime foi comum, mas reabriu o inquérito há cerca de um mês. Em 2003, a Promotoria denunciou Gomes da Silva, que teria mandado matar o prefeito porque este não concordaria com esquema de propina. Gomes da Silva foi preso, mas hoje está solto.

A PROPINA

Suposto esquema da prefeitura cobrava propina de empresários de transporte público de Santo André. Parte do dinheiro seria dado a campanhas do PT. O partido nega.

TORTURA

A Promotoria opina que examinou o corpo do prefeito disse que o peixe foi torturado.

desde 2002 porque foi censurado pela Polícia Civil.

CPI por supostamente estar sem foco de investigação. O presidente disse que estava esperando a comissão chamar "bingueiro".

"O senhor Gilberto Carvalho está faltando com a verdade. A irritação do presidente da República é a demonstração maior de que o PT está com medo de que esse fato seja esclarecido", disse ontem o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA).

"Gilberto Carvalho é uma pessoa de honra sagrada. Eu jamais imagino alguém abrir mão da defesa, da inocência e da honra [dele]", defendeu o senador Tião Viana (PT-AC).

Aos senadores, Bruno Daniel disse que a princípio não quis mencionar o relato ouvido de Carvalho. "Não era necessário que eu viesse a público me expor. No entanto, quando o deputado José Dirceu moveu um processo contra o meu irmão [João Francisco], eu não podia deixar de aparecer como testemunha."

Segundo Bruno Daniel, o assessor de Lula "disse também que na tarefa dele havia sempre momento de tensão porque carregava sozinho o dinheiro em seu Corsa [de Santo André até São Paulo]".

Na versão dos irmãos, o prefeito controlava o esquema de cobrança e foi morto ao tentar rompê-lo. "Carvalho só encaminhava [o dinheiro]. O sistema era operado por Klinger Luiz de Oliveira [ex-secretário municipal da prefeitura e ex-vereador do PT] e [pelos empresários] Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva", disse Bruno Daniel. Silva é acusado de mandar matar o ex-prefeito.

Ainda segundo o depoente, os três acusados teriam enriquecido com o dinheiro do PT. "Nós encontramos [após a morte do ex-

prefeito] um envelope com a letra do senhor Gilberto Carvalho que indica uma preocupação de identificar a existência de enriquecimento de pessoas ligadas à Prefeitura de Santo André", disse.

Na avaliação de Bruno Daniel, o prefeito foi torturado para contar se tinha prova do esquema. Ainda em 2002, a Polícia Civil de São Paulo concluiu que o crime foi seqüestro seguido de morte. Neste ano houve reabertura do caso. O Ministério Público acredita em crime ligado à corrupção.

Gilberto Carvalho relatou que, numa das oportunidades, chegou a encaminhar a São Paulo, ao deputado José Dirceu, a quantia de R\$ 1,2 milhão

Parcela desses recursos passaram a ser utilizadas para outras finalidades. Nesse momento, o Celso [Daniel] resolveu alterar a situação

BRUNO DANIEL

Irmão do prefeito Celso Daniel, assassinado em 2002

OUTRO LADO

Carvalho desqualifica acusação; "é uma mentira", afirma Dirceu

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BRASÍLIA

Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, disse, por meio de sua assessoria, que todas as acusações contra ele são "falsas".

"Reafirmo que são falsas todas as acusações que têm sido dirigidas de maneira orquestrada contra mim", disse Carvalho se referindo ao depoimento de Bruno Daniel, irmão do prefeito petista de Santo André (SP) Celso Daniel morto em janeiro de 2002. Bruno disse à CPI dos Bingos ter ouvido de Carvalho um relato sobre cor-

rupção na prefeitura com arrecadação de propina para o PT.

O deputado José Dirceu (PT-SP) disse ontem, também por meio de sua assessoria, que a afirmação de Bruno Daniel, de que ele recebia dinheiro de propina entregue por Gilberto Carvalho, "é uma mentira, uma calúnia".

"O Bruno não trouxe nenhuma novidade [em relação às acusações anteriores]", informou o deputado por meio de seu assessor.

O advogado Roberto Podval, que defende o empresário Sérgio Gomes da Silva, disse que seu cliente não faria comentários so-

bre as declarações "em respeito à dor da família [pela morte do ex-prefeito Celso Daniel]". Segundo o advogado, as acusações contra ele não procedem. Silva nega ainda envolvimento no assassinato de Celso Daniel.

Assessoria do empresário Ronan Maria Pinto também desqualificou o depoimento. "A história é absurda. Ronan sempre foi um grande empresário antes e depois de Celso Daniel [na Prefeitura de Santo André]."

O ex-vereador Klinger de Oliveira não foi localizado pela reportagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 20 minutos.)

(OS Nº 16993/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

BAHIA		PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE	
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA	
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS	
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
PERNAMBUCO		PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
MINAS GERAIS		BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
GOIÁS		P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
MATO GROSSO		BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL	
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PP	Valmir Amaral
RIO GRANDE DO SUL		Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
CEARÁ		PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
PARAÍBA		BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
ESPÍRITO SANTO		BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL

Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo

Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa

Telefone: 3113972 Fax: 3114315

E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB, PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
--	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
------------------	-----------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

-

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro

Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 80 PÁGINAS